

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - UESPI
CAMPUS POETA TORQUATO NETO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS - CCHL
CURSO: LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

Francisca dos Santos Rodrigues

O LUGAR DECOLONIAL NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA:
FUNDAMENTOS, DIÁLOGOS E RECEPÇÕES (2000-2024)

TERESINA (PI)

2025

Francisca dos Santos Rodrigues

**O LUGAR DECOLONIAL NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA:
FUNDAMENTOS, DIÁLOGOS E RECEPÇÕES (2000-2024)**

Monografia exigida como Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI), sob orientação da Profa. Dra. Ana Cristina Meneses de Sousa.

TERESINA (PI)

2025

R696l Rodrigues, Francisca dos Santos.

O lugar decolonial na historiografia brasileira: fundamentos, diálogos e recepções
(2000-2024) / Francisca dos Santos Rodrigues. - 2025. 60 f.: il.

Monografia (graduação) - Licenciatura em História, Campus Poeta Torquato Neto,
Universidade Estadual do Piauí, Teresina-PI, 2025.

"Orientadora: Prof.^a Dra. Ana Cristina Meneses de Sousa.

1. Decolonialidade. 2. Historiografia. 3. História do Brasil.

I. Sousa, Cristina Meneses de . II. Título.

CDD 907.2

Francisca dos Santos Rodrigues

**O LUGAR DECOLONIAL NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA:
FUNDAMENTOS, DIÁLOGOS E RECEPÇÕES (2000-2024)**

Monografia exigida como Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura
Plena em História pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI), sob
orientação da Profª. Dra. Ana Cristina Meneses de Sousa.

Data da aprovação: 02/ 12/ 2025

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Ana Cristina Meneses de Sousa

Doutora em História - UESPI

Presidente da banca

Prof.^a Dra. Patrícia Sadaike

Doutora em História - PUC

Membro da banca

Prof. Dr. Gustavo de Andrade Durão

Doutor em História - UESPI

Membro da banca

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais, Marlucia Ferreira e Elisvan Lopes Rodrigues, e todos aqueles que me acompanharam durante essa trajetória. Por fim, dedico-o também aos que compartilham a crença na educação como um agente de mudanças.

AGRADECIMENTOS

Esse trabalho é a concretização de um sonho, gestado na adolescência: alcançar o ensino superior pela Universidade Pública. Sua realização é o resultado de uma longa trajetória moldada por esforços coletivos, resiliência, afetos e aprendizados. Deste modo, agradeço a todas as energias celestiais e entidades divinas que me deram forças para superar os momentos de dificuldades e me levaram a alcançar este marco.

Aos meus pais, Marlucia Ferreira dos Santos Rodrigues e Elisvan Lopes Rodrigues pelos valiosos ensinamentos: a convicção de que sou a única responsável por minhas escolhas e destino, e a sabedoria de que a vida deve ser vivida em sua plenitude mesmo em meio às limitações que nos são colocadas, além de reforçar que a educação foi e sempre será o caminho mais promissor. Aos meus irmãos, Magela dos Santos Rodrigues e Evandro dos Santos Rodrigues gratidão pelo apoio constante e por depositarem suas crenças no meu potencial.

Aos meus amigos da Pastoral da Juventude, que desde 2014 se tornaram os meus irmãos de jornada e fonte de inspiração para essa conquista: Nyra Reis, que despertou o meu senso de liderança, e cultivou o meu gosto pela leitura ao compartilhar seus PDFs de romance e ficção, apresentando-me ao universo de *A Seleção* (sim, Maxon Schreave realmente modificou vidas para além dos livros de Kiera Cass); Mariana Cardoso, pelas conversas na calçada de sua casa após as reuniões do grupo de Jovens Unidos Seguindo Cristo (JUSC), onde, juntas reforçávamos a promessa de que não deixaríamos as limitações financeiras nos impedir de alcançar o ensino superior, e que me ensinou que a ação de ouvir o outro é o maior ato de amor que podemos fazer por nossos amigos; Miquéias Reis, por aguçar meu senso crítico em meio aos debates das reuniões do JUSC e fora dele também, e Carlos Daniel por sempre está ao meu lado em todos os momentos. Ao relembrar tais memórias durante os momentos difíceis da graduação, em meio a distância que nos cercava tive a certeza que não caminhava sozinha.

A Raimunda Cardoso, Mayane Dourado, Jeany Campos, Dona Maria, Elinalva Malhão e Bianca Lopes agradeço a gentileza, acolhimento e por não terem me deixado desistir dessa aventura intensa e desafiadora que foi deixar o meu lar, amigos e minha cidade em busca de um sonho que na época parecia quase impossível. Saibam que vossas palavras

fizeram a diferença e me mostraram a importância de nunca esquecer as minhas raízes e para onde busco ir.

Ao meu primo Rodrigo Onofre, sua esposa Fabiana Soares e seus filhos Heitor, José Adrisson e Davi por me acolherem em vossa casa, e por se tornarem minha família nos primeiros anos da graduação. Ao seu Francisco, Dona Ana, José Haylandeso e Haylana Soares pelos bons momentos compartilhados e almoços festivos que deixaram o processo de adaptação em uma nova cidade mais fácil e acolhedor. Vocês foram peças fundamentais para a concretização deste momento acadêmico e no meu crescimento enquanto indivíduo.

A Brenda Karoline, Edna Gomes e Agatha Krystie agradeço a empatia, as memórias alegres construídas durante a nossa convivência na residência que carinhosamente intitulamos de Casa ABEF (Agatha, Brenda, Edna e Francisca). As noites do cachorro-quente e maratonas de filmes, assim como as conversas duradouras na sala de estar que me ensinaram que havia vida fora dos muros da academia e isso me permitiu não definhar durante o processo.

Aos amigos feitos durante a graduação, agradeço a Helem Rodrigues pelas caminhadas da Praça da Bandeira até a Universidade Estadual do Piauí (UESPI), por aguentar minhas ligações durante as várias madrugadas em claro falando dos seminários e do fato de que não podíamos chegar atrasadas na apresentação. A Ana Grazielle por sempre aceitar me acompanhar nos eventos que surgiam e por me ensinar sobre o verdadeiro sentido da palavra resiliência. Ao Carlos Manoel e Ana Castro e Deusimar por serem daquelas pessoas que emanam luz, fortaleza e valorizam o verdadeiro sentido da palavra amizade.

Aos demais companheiros de turma, Pedro Morais, Sarah Aguiar, Rafael da Costa, Carla Vaniele, Renan Valadares, Carlo Jorge, Lucas Gabriel, Maria Luiza, Wanessa Estácio, João Diógenes, Hellen Vitória e Ana Luiza da Silva, agradeço pelas trocas de experiências, conversas e sorrisos aos longos destes quatro anos de convivência.

Em nome da UESPI e do Curso em Licenciatura Plena em História faço os meus agradecimentos a professora Clarice Helena Santiago Lira, Patrícia Sadaike, Cristiana Costa da Rocha, Joseane Marinho, Antônio Mauren Vaz de Melo, Sérgio Romualdo Lima Brandim, Alcebíades Costa Filho, Gustavo Durão, Gizele Lima, Viviane Pedrazani por terem contribuído com minha formação, e ensinado que a História é um campo de narrativas, cercado de rupturas e descontinuidades.

Deixo também aqui de forma especial a minhas sinceras considerações, carinho e admiração a minha orientadora Ana Cristina Meneses de Sousa, que esteve comigo durante todo o processo de escrita desta monografia, bem como na pesquisa desenvolvida durante o

Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC). Sem o seu apoio, exercício de paciência, escuta, acolhimento e direcionamento, a conclusão deste ciclo não seria possível.

Por fim, agradeço a todos, que de alguma forma contribuíram para a realização deste estudo, seja pelas palavras de apoio e conforto nos corredores da UESPI, indicações de bibliografias, ou trocas de experiências. Deixo os meus sinceros agradecimentos!

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a recepção da teoria decolonial no campo da Historiografia Brasileira, entre os anos de 2000 a 2024. Para alcançar tal objetivo realizou-se uma metodologia qualitativa, fragmentada em três fases: primeiramente houve uma revisão bibliográfica de autores que compõem a rede Modernidade/Colonialidade, em seguida a catalogação de artigos que dialogam com a perspectiva da teoria decolonial por meio da técnica de estado da arte, utilizando as palavras-chave, “pensamento pós-colonial, pensamento decolonial”, “decolonial”, “subjetividade”, “subalternidade”, “sul global”, “colonialidade” e “História”, nas revistas História da Historiografia, ABPN e Revista de História da USP. Após a catalogação sucedeu-se a análise das publicações por intermédio da técnica categorial de conteúdo de Laurence Birden (2016). Deste modo, salienta-se que o estudo se justifica pela importância da historicização dos conceitos decoloniais e da difusão das pesquisas que rompem com a colonialidade do saber no campo da História. O que nos leva a concluir que a decolonialidade possui uma trajetória histórica e especificidades próprias, e que sua recepção é um quadro multifacetado de interpretações, relacionadas a ações de resistências contra a colonialidade, nomeado por Reis (2024) como sendo um estado de *decolonialidade à brasileira*.

Palavras-chave: Decolonialidade; Historiografia; História do Brasil.

ABSTRACT

The present study aims to analyze the reception of decolonial theory in the field of Brazilian Historiography, between the years 2000 and 2024. To achieve this objective, a qualitative methodology was employed, fragmented into three phases: first, a bibliographic review of authors composing the Modernity/Coloniality network was conducted; subsequently, articles that dialogue with the decolonial theory perspective were cataloged using the state-of-the-art technique, utilizing the keywords: 'post-colonial thought', 'decolonial thought', 'decolonial', 'subjectivity', 'subalternity', 'Global South', 'coloniality', and 'History', in the journals *História da Historiografia*, *ABPN*, and *Revista de História da USP*. Following the cataloging, the publications were analyzed through Laurence Birden's (2016) categorical content analysis technique. Thus, it is emphasized that the study is justified by the importance of historicizing decolonial concepts and diffusing research that breaks with the coloniality of knowledge in the field of History. This leads us to conclude that decoloniality has its own historical trajectory and specificities, and that its reception is a multifaceted framework of interpretations, related to acts of resistance against coloniality, which Reis (2024) named the 'decoloniality à la brésilienne' (Brazilian-style decoloniality) state.

Keywords: Decoloniality; Historiography; History Brazilian

RESUMEN

El presente trabajo tiene como objetivo analizar la recepción de la teoría decolonial en el campo de la Historiografía Brasileña, entre los años 2000 y 2024. Para alcanzar tal objetivo, se empleó una metodología cualitativa, fragmentada en tres fases: en primer lugar, se realizó una revisión bibliográfica de autores que integran la red Modernidad/Colonialidad; a continuación, la catalogación de artículos que dialogan con la perspectiva de la teoría decolonial por medio de la técnica de estado del arte, utilizando las palabras clave "pensamiento poscolonial", "pensamiento decolonial", "decolonial", "subjetividad", "subalternidad", "sur global", "colonialidad" e "Historia", en las revistas *História da Historiografia*, *ABPN* y *Revista de História da USP*. Tras la catalogación, se procedió al análisis de las publicaciones mediante la técnica categorial de contenido de Laurence Bardin (2016). De este modo, se destaca que el estudio se justifica por la importancia de la historización de los conceptos decoloniales y de la difusión de las investigaciones que rompen con la colonialidad del saber en el campo de la Historia. Lo que nos lleva a concluir que la decolonialidad posee una trayectoria histórica y especificidades propias, y que su recepción es un marco polifacético de interpretaciones, relacionadas con acciones de resistencia contra la colonialidad, denominado por Reis (2024) como un estado de *decolonialidad a la brasileña*.

Palabras clave: Decolonialidad; Historiografía; Historia de Brasil.

LISTAS DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Quantidade de artigos catalogados por revista.

Gráfico 2. Áreas de concentração em História dos artigos catalogados.

Gráfico 3. Divisão de artigos por contexto de uso da palavra decolonial.

Gráfico 4. Localização dos artigos por anos de publicação.

Gráfico 5. Dados sobre a participação de autores interdisciplinares

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Número de repetição do termo decolonial.

Tabela 2. Autores decoloniais mais citados.

LISTA DE SIGLAS

ABPN	Associação Brasileira de Pesquisadores Negros
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
M/C	Modernidade/Colonialidade
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
UESPI	Universidade Estadual do Piauí
UESC	Universidade do Estado de Santa Catarina
PIBIC	Programa Institucional de Bolsa a Iniciação à Pesquisa
TAD	Teoria Antropológica Didática
GTAR	Grupo de Trabalho André Rebouças

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1. A TEORIA DECOLONIAL E O CENÁRIO BRASILEIRA	20
1.1 Quando foi o Decolonial?.....	21
1.2 O caso do Brasil: <i>a decolonialidade à brasileira</i>	31
2. DESCONSTRUINDO CÂNONES: UMA ANÁLISE DA RECEPÇÃO DA TEORIA DECOLONIAL NAS REVISTAS HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA, ABPN E REVISTA DE HISTÓRIA DA USP (2000-2024)	37
2.1. As vozes de “atitudes decoloniais” na Historiografia Brasileira.....	38
2.2. Nas trilhas de uma nova História?: perspectivas sobre uma Historiografia Brasileira Decolonial.....	50
CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
REFERÊNCIAS	55
LISTA DE FONTES	56
ANEXOS	58

INTRODUÇÃO

O nascimento do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) nos anos de 1838 fundou um pensamento historiográfico organizado no Brasil. Tal organização desencadeou uma escrita da História excludente com marcadores de classe e raça, dominada por figuras como Von Martius,¹ Adolfo Varnhagen² e por seguinte Gilberto Freyre³. Ao analisarmos o que estes possuem em comum, observamos um padrão claro: ambos são homens brancos, aristocratas, influenciados por uma cultura hegemônica.⁴

Essa composição social das primeiras ideias historiográficas brasileiras, resultou em uma epistemologia fundamentada na produção das diferenças, entre aqueles que foram considerados civilizados e aqueles que foram considerados “bárbaros”, enviesada por uma ótica colonialista, que tendia a ser excludente das subjetividades e experiências de grupos minoritários (Guimarães, 1998).

Esse contexto excludente deixou marcas notáveis na historiografia brasileira. Contudo essa herança historiográfica vem sendo alvo de problematizações por alguns historiadores. Um exemplo é o historiador Rafael Trapp (2019) que em seu artigo *Historiografia: notas sobre descolonização em Historiografia Brasileira* lança um importante questionamento: “Como pensar esse processo histórico de exclusão de subjetividades intelectuais não brancas? Será que simplesmente elas não existem ou não são sofisticadas o suficiente para se agregar-se, contrapor e questionar o pensamento tomado como clássico?” (Trapp, 2019, p.54).

O questionamento de Trapp reflete que a História não é estática. As formas de conceber o tempo e de interpretar o passado estão sujeitas a mudanças tendo em vista a identidade dos sujeitos que compõem as narrativas, as relações e transformações de cada período histórico.

O comportamento de Rafael Trapp também pode ser explicado à luz do que José d' Assunção Barros (2018) denomina de crise da História Total em sua obra *História e Pós-Modernidade*. Barros (2018) aponta na obra que a partir de 1980 a discussão sobre o rompimento de uma história universalizante europeia, se tornou mais acirrada.

¹Cientista alemão responsável por ganhar o primeiro concurso do IHGB, que tinha em vista a produção de uma biografia brasileira, ressaltando as características nacionais, porém não chegou a fazê-la.

²Responsável pela publicação do livro *História Nacional* que resalta a história do Brasil por meio da valorização europeia.

³ Sociólogo, autor da obra *Casa-Grande & Senzala*, responsável pela produção do mito da democracia racial brasileira.

⁴ A ideia de hegemonia entre culturas foi desenvolvida pelo filósofo marxista Antonio Gramsci, a qual defende que a supremacia ocorre quando uma visão de mundo da classe dominante é aceita com algo natural pela classe dominada.

Esse contexto levou à fragmentação da história enquanto ciência em diversos campos historiográficos. Diante disso, o panorama mundial começou a ser organizado pelo acolhimento de novas políticas e narrativas, como da América e da Ásia, a qual a obra *Orientalismo* de Edward Said⁵ ganha destaque para a reflexão dicotômica entre o Oriente e o Ocidente (Barros, 2018), seguido das reflexões de Frantz Fanon⁶ com a obra *Peles Negras, Máscaras Brancas*, que problematiza os impactos do colonialismo na identidade do indivíduo negro.

Miglievich (2020) destaca que essa virada historiográfica empreendida por Frantz Fanon e Edward Said, “concentra-se em explicitar a missão civilizatória como a pior das barbáries, que desumanizou dois terços da população mundial, moldando a desigual divisão internacional do trabalho e das riquezas” (Miglievich, 2020, p. 78). A influência de ambos contribuiu para a formação dos Estudos Pós-coloniais, que são pesquisas marcadas pela problematização das consequências do colonialismo.

Por meio dos Estudos Pós-coloniais, percebe-se o surgimento de outros estudos, como o caso da rede Modernidade/Colonialidade (M/C), conhecida também como Giro Decolonial, que passou a discutir sobre o fato de que mesmo após os processos de independência ainda existe uma dependência epistêmica da América Latina para com seus colonizadores, bem como reivindicar ações em vista da superação desse estado de domínio. A rede fundamenta-se no conceito de “colonialidade do poder”, produzido pelo sociólogo Aníbal Quijano.

De acordo com Reis (2024) a rede Modernidade/Colonialidade possui uma identidade e conceitos próprios que estão sendo recepcionadas no campo da História. Diante disso, surge a necessidade de questionarmos quem são os historiadores que estão fazendo uso de tais conceitos? Como está sendo feito o uso destes conceitos? Essas discussões estão restritas ao campo teórico ou estão produzindo ações de intervenção? A Historiografia Brasileira estaria a caminho de uma perspectiva decolonial da História? Esses foram os questionamentos que aguçaram esta pesquisa e pretendem ser respondidos ao longo dos capítulos.

Tendo em vista os questionamentos acima, essa pesquisa tem como finalidade analisar a recepção da teoria decolonial no campo da Historiografia Brasileira durante os anos de 2000 a 2024. De forma específica, discutir sobre a origem do pensamento decolonial e seus principais conceitos, identificar na historiografia brasileira autores e debates que incorporem

⁵Crítico literário palestino, considerado o fundador dos estudos pós-coloniais.

⁶Foi um psiquiatra e filósofo de origem martinica que problematizou o impacto do racismo e de sua criação em meio às experiências coloniais.

tais discussões e refletir sobre as permanências e mudanças no pensamento historiográfico em vista da incorporação das ideias decoloniais.

O recorte temporal de 2000 a 2024, foi selecionado com base nos indícios preliminares da pesquisa que sugeriram que a adesão das ideias da rede Modernidade/Colonialidade na academia estava relacionada principalmente com dois fatores: a entrada e ações políticas dos governos de esquerda durante esse período, bem como a militância do Movimento Negro e Indígena.

Visando alcançar os objetivos descritos, utilizou-se uma metodologia qualitativa, organizada em três fases: primeiramente a realização de uma revisão bibliográfica de caráter exploratório no campo decolonial com uso de Costa e Grosfoguel (2016), Quijano (1992), Quijano (2005), Mignolo (2010), Maldonado (2016). Esta fase teve como objetivo compreender os principais conceitos do pensamento decolonial, sua trajetória histórica e diferenciação do pensamento pós-colonial.

A segunda fase consistiu na coleta de artigos que possuísem autoria de historiadores que dialogassem com a perspectiva decolonial. A coleta ocorreu em três revistas brasileiras digitais, utilizando a técnica de estado da arte, por meio das palavras-chave: pensamento pós-colonial, pensamento decolonial, decolonial, subjetividade, subalternidade, sul global, colonialidade e História.

Inicialmente foi escolhida a Revista de História da Historiografia, a qual é de responsabilidade da Associação Brasileira de Teoria e História da Historiografia (SBTHH) em parceria com o Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). A escolha de tal revista perpassou pelo fato de ser um dos mais importantes periódicos digitais nacionais sobre discussões em historiografia e teoria da história, além de possuir uma classificação de Qualis A1 pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal em Nível Superior (CAPES), sem limites de publicação por títulos, o que potencializa a circulação de tais discussões.

A Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN) também foi selecionada. A seleção de tal revista partiu dos indícios de que a adesão das ideias do movimento decolonial estariam relacionadas com as questões de raça e negritude, além disso o periódico possui Qualis A 4 pela CAPES, e é livre para a publicação de pesquisadores graduandos, graduados, mestres e doutores, o que possibilita uma visão mais ampla sobre a recepção da decolonialidade.

E por fim, a Revista de História da Universidade de São Paulo (USP), a qual é de responsabilidade do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. A escolha por tal período ocorreu devido ser um dos periódicos digitais mais antigos no que tange às discussões do campo da História no Brasil, possuinte de Qualis A1, com restrição de publicação somente para doutores e doutorandos.

Na terceira fase da pesquisa houve a análise dos artigos catalogados por meio do método de análise categorial da pesquisadora Laurence Bardin (2016). A técnica de Bardin é um procedimento de análise utilizado em investigações sociais, humanas e educacionais “cujo objetivo é explorar os sentidos e significados atribuídos pelos sujeitos participantes de estudos qualitativos, e também quantitativos, a respeito de um tema, problema e/ou fenômeno, a partir da sistematização rigorosa e estruturada de técnicas” (Valle; Ferreira, 2025, p.6) que visam a descrição de comunicadores e a identificação de recepção e produção de mensagens. A técnica de Bardin possui as seguintes etapas: pré-análise, que equivale a leitura flutuante dos documentos, a exploração do material e o resultado do tratamento e interpretações.

Durante a exploração mais profunda dos artigos que foram catalogados, houve a categorização da área da História em que as publicações estavam localizadas, os pesquisadores decoloniais mais citados, os conceitos encontrados, o número de vezes em que o termo “decolonial” foi identificado. Realizou-se também o julgamento do contexto em que este termo estava empregado no artigo, assim como o contexto em que os conceitos produzidos pela rede M/C estavam sendo utilizados. Os resultados estão expostos nesta monografia por meio de texto e gráficos.

Dentre os teóricos que se destacam na produção desta pesquisa, citamos os estudos do sociólogo Aníbal Quijano (1992) com o seu conceito “colonialidade do poder” que deu origem aos estudos decoloniais. Destacamos também o pensamento da historiadora Silmária Reis, (2024) com o seu conceito “decolonialidade á brasileira”, utilizado para a compreensão e respaldo da recepção das ideias da rede M/C na historiografia.

Ressalta-se que a pesquisa, justifica-se pela importância da historicização da rede Modernidade/Colonialidade e de seus conceitos, uma vez que possui suas especificidades e trajetória histórica, e deve ser lida não somente como um pensamento teórico, mas também como um projeto político de intervenção e combate a colonialidade no meio acadêmico e social. Defende-se que tal estudo é uma ferramenta de letramento, assim como uma forma de disseminação das pesquisas que se encontram no campo da História, que se deslocam para além das narrativas hegemônicas, que visam o combate ao eurocentrismo, e bem como

valorizam as subjetividades de grupos que foram subalternizados, como no caso dos negros e indígenas.

Logo é necessário refletir que o campo da História é um espaço de narrativas, uma vez que estas podem elevar ou invisibilizar determinados grupos sociais e indivíduos de acordo com a legitimação do discurso. Diante disso, a presente monografia evidencia a necessidade de reivindicar narrativas e autores que propõem uma releitura da produção histórica brasileira, que propiciam oportunidades para estudos e práticas sociais que combatam a colonialidade do saber do qual a Historiografia Brasileira foi fundada.

Desta maneira acredita-se que tal pesquisa intensifica a importância da discussão dos estudos decoloniais no Brasil. À medida que os discursos podem ser motores de transformações, desconstruções e como historiadores possuímos a função social de produzi-los, problematizá-los e disseminá-los (Hobsbawm, 2013).

O desejo de realizar tal discussão, parte primeiramente do lugar de fala de uma estudante negra, periférica e migrante, que teve acesso à educação, do ensino básico à graduação pela rede pública, que esteve em papel de liderança jovem em movimentos sociais, como a Pastoral da Juventude ao longo da adolescência, e durante a graduação foi atuante no Movimento Estudantil.

Teve sua formação subjetiva e intelectual atravessadas por momentos de militância e resistência aos padrões normativos da colonialidade. E partindo deste contexto, buscou estar atenta às discussões que englobam as subjetividades negras e anticoloniais ao longo da graduação na Universidade Estadual do Piauí (UESPI), Campus Poeta Torquato Neto. De modo que, o desejo de desenvolver tal temática se intensificou ainda mais com as atividades desenvolvidas nas disciplinas de Teoria II e História da Historiografia Brasileira ministrada pela professora Ana Cristina Meneses de Sousa, Brasil Colônia, ministrada pelo professor Alcebíades Costa Filho e História da América, ministrada pela professora Patrícia Sadaíke. Além disso, participou do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), no qual o Subprojeto de História teve suas atividades marcadas por produzir práticas voltadas para o ensino da Relações Étnico-Raciais, o que há possibilitou ter acessos a eventos, discussões e leituras que a fizeram compreender ainda mais as novas vertentes da História por meio do discurso decolonial.

Destacamos também a influência do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC), pela preferência desta temática, visto que foi desenvolvido entre os anos de 2024 e 2025 a pesquisa *Para além do eurocentrismo: a Historiografia Brasileira sob a*

perspectiva Decolonial, financiada pela Fundação Nacional de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí (FAPEPI), do qual tinha como proposta a análise das contribuições do pensamento decolonial na Historiografia Brasileira.

Posto isso, ressaltamos que a presente monografia se divide em dois capítulos, o primeiro nomeado de *A Teoria Decoloial e o cenário brasileiro*, fragmentado em dois tópicos e o segundo capítulo nomeado de *Desconstruindo Cânones: uma análise da recepção da Teoria Decolonial nas Revistas História da Historiografia, ABPN e Revista de História da USP (2000-2024)* também dividido em dois tópicos e por fim as considerações finais da pesquisa.

1. A TEORIA DECOLONIAL E O CENÁRIO BRASILEIRO

O capítulo intitulado *A Teoria Decolonial e o Cenário Brasileiro* tem por intencionalidade discutir a trajetória do Pensamento Decolonial na América Latina, na medida que expõem seus desdobramentos, conceitos básicos e os principais nomes inseridos na rede de pensadores Modernidade/Colonialidade (M/C), fundada em 1998 por intermédio dos estudos de Aníbal Quijano. Além disso, busca compreender como estes estudos foram inseridos no contexto brasileiro.

Tal capítulo foi dividido em dois tópicos, primeiramente a sessão nomeada *Quando foi o Decolonial?* que se restringe a reflexão propriamente dita sobre a trajetória de criação do pensamento decolonial relacionado a rede Modernidade/ Colonialidade, o diálogo com o conceito de “colonialidade do poder”, os principais nomes que compõem a rede M/C, e sua identidade enquanto um movimento político-acadêmico.

Em seguida a sessão, *O caso do Brasil: a decolonialidade à brasileira*, traz uma leitura do contexto nacional a partir do conceito de “decolonialidade à brasileira” de Reis (2024). De maneira que essa categoria está relacionada com uma amplitude de resistências e atitudes anticoloniais (Reis, 2024), que engloba leituras não eurocêntricas e práticas não hegemônicas, do qual cabe citar a representatividade dos movimentos sociais como o Movimento Negro e o Indígena que seriam os impulsionadores da recepção das discussões decoloniais do campo historiográfico brasileiro.

Deste modo, salienta-se que para a produção deste capítulo foi utilizado uma metodologia qualitativa, com revisão bibliográfica de autores da rede Modernidade/Colonialidade, dos quais cabe citar Aníbal Quijano (1992), Aníbal Quijano

(2005), Walter Mignolo (2010), Costa e Grosfoguel (2016), Costa; Torres e Grosfoguel (2018) e Lugones (2008). O uso destes autores auxiliou na compreensão da estrutura epistêmica da decolonialidade. Em seguida realizou-se a revisão biográfica de autores do campo historiográfico brasileiro, como Reis (2024), Gonzalez (1982), Trapp (2014), Pereira (2011).

O processo de revisão bibliográfica dos autores ligados ao campo decolonial, bem como os pesquisadores do campo historiográfico brasileiro foram de extrema importância para a historicização do pensamento decolonial e diferenciação do pensamento pós-colonial. Assim como para a produção de uma leitura geral sobre os seus usos pelos historiadores brasileiros e compreensão do grau de assimilação desta discussão na academia.

1.1 Quando foi o Decolonial?

A decolonialidade vem ganhando visibilidade nos últimos anos do século XXI nas discussões acadêmicas brasileiras, do qual está se tornando corriqueiro ouvir termos como “descolonizar”, “desconstruir”, “subalterno” e “colonialidade do poder”. Desta maneira é importante questionarmos quem são os pensadores por trás destes conceitos e de onde vem o decolonial? É de fato somente um movimento acadêmico? O que buscam estes estudiosos?

O Giro Decolonial ou Decolonialidade é uma rede de pensadores, nomeada Modernidade/Colonialidade, criada durante os anos de 1990 na América Latina. De acordo com Reis (2024) os fundamentos da rede se baseiam no conceito “colonialidade do poder”, produzido pelo sociólogo e historiador Aníbal Quijano, tido como o seu fundador, devido impulsionar os estudos sobre a colonialidade.

Nascido em Yanama no Peru, nos anos de 1930 teve sua trajetória acadêmica marcada pela difusão das ideias do historiador e sociólogo José Carlos Mariátegui La Chira⁷ e pelos seus estudos sobre a América Latina com a produção do conceito “colonialidade do poder”. Após seu falecimento em 2018, suas produções foram alvo de homenagens e divulgação, o que acarretou na visibilidade de seu nome e da rede Modernidade/Colonialidade no âmbito internacional acadêmico (Reis, 2024).

As reflexões de Quijano sobre a América Latina, expressadas em suas publicações são indivisíveis do seu envolvimento político e militância praticada desde meados do século XX e início do século XXI. Em decorrência de seu posicionamento, o sociólogo foi exilado,

⁷ O historiador, sociólogo e jornalista peruano José Carlos Mariátegui La Chira (1894-1930), foi um dos mais importantes estudiosos sobre o marxismo na América Latina. É responsável por analisar as especificidades do contexto peruano ao materialismo histórico. Sua principal obra é *Sete Ensaios de Interpretação da Realidade Peruana*.

durante o período da ditadura militar, no Peru, entre os anos de 1959 a 1962. Os anos em exílio contribuí para o contato com diferentes discussões sobre a América, o levando a ser nomeado “como membro da Divisão de Assuntos Sociais da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), onde passou a ter reconhecimento internacional e integrar o grupo de teóricos da Teoria da Dependência⁸” (Reis, 2024, p.33).

Em sua volta para o Peru em 1971 fundou a revista *Sociedad y política*, que foi utilizada como ferramenta política contra os governos ditatoriais, por isso Anibal foi deportado para o México em 1973. Em meio às repressões do período ditatorial e longe do seu país, seguiu publicando na revista *Sociedad y política* e participando do Movimento Revolucionário Socialista. Com o declínio de ambos em 1983, mudou-se para os Estados Unidos, e se tornou professor da Universidade de Binghamton e expandiu seus estudos sobre a “colonialidade do poder”.

Por volta dos anos de 1990 aproximou-se de estudiosos que viriam a compor a rede M/C, e em 1998 por intermédio do Congresso de Sociologia no Canadá, inicia a articulação da rede, tendo em vista suas pesquisas desenvolvidas, como bem aponta Reis (2024):

Em 1998, num simpósio organizado por E. Lander no Congresso Mundial de Sociologia no Canadá (Montreal), a rede Modernidade/Colonialidade começou a ser articulada e, tiveram como base fundamental para articulação das ideias, os trabalhos de Quijano, sobretudo o texto *Colonialidad y modernidad/racionalidad* publicado em 1992 na revista *Perú Indígena*. Walter Mignolo (2005), atribui a esse texto o marco fundador da rede Modernidade/Colonialidade (Reis, 2024, p.34).

O artigo *Colonialidad y modernidad/racionalidad* (1992) é posto por alguns estudiosos como sendo o texto basilar da rede Modernidade/Colonialidade, tendo em vista que este trabalho abre as discussões sobre a teoria da “colonialidade do poder”. Quijano deixa claro em sua escrita que o acontecido de 1492 gerou uma nova ordem mundial de exploração e organização do sistema-mundo e que superada os processos de independências dos territórios sob domínio europeu, permanece os vestígios de uma hierarquização do colonizador/colonizado seja nos fatores culturais ou econômicos, como bem destaca o próprio em seu trabalho:

Con la conquista de las sociedades y las culturas que habitaban 10 que hoy es nombrado como América Latina, comenzó la formación de un orden mundial que culmina, 500 años después, en un poder global que articula todo el planeta. Este

⁸Originados por volta dos anos de 1960 por intelectuais em sua maioria latino-americanos o grupo Teóricos da Dependência estuda a relação dos países tidos como periféricos com países do centro, ou seja, analisam como a relação de subalternidade de alguns territórios podem corroborar para os desenvolvimentos de determinados locais.

proceso implicó, de una parte, la brutal concentración de los recursos del mundo, bajo el control y en beneficio de la reducida minoría europea de la especie y, ante todo, de sus clases dominantes⁹ (Quijano, 1992, p.11).

Desta maneira, ele defende que o processo de colonização inaugurado em 1492 nas Américas desencadeou uma estrutura de poder baseada na hierarquização das raças, da qual a raça é compreendida como “uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial e que desde então permeia as dimensões mais importantes do poder mundial, incluindo sua racionalidade específica, o eurocentrismo” (Quijano, 2005, p.117).

De acordo com Quijano a raça no sentido de uma classificação social por meio das diferenças fenotípicas só ocorreu com o fruto da modernidade, estabelecida com a exploração da América. Deste modo, a raça tornou-se um fator preponderante para estabelecer novas relações e identidades (indígenas e negros), assim como uma ferramenta de legitimação para a violência e dominação imposta pelos europeus, na medida que “os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e consequentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais” (Quijano, 2005, p.18).

Estabelecido o colonialismo, ou seja, a dominação do sistema-mundo pela hierarquização das raças. A Europa produz uma narrativa hegemônica baseada nos dualismos civilizados/bárbaros, colonizador/colonizado, desenvolvido/atrasado, homem/mulher que engloba tanto o domínio econômico como epistêmico.

Findado o domínio territorial da Europa sobre as colônias americanas com os processos de independência. Quijano afirma em seus trabalhos a permanência dessa estrutura de poder em diferentes esferas sociais, como nas esferas políticas, econômicas e subjetivas, definindo assim o que entendemos como colonialidade do poder.

Neste sentido, relatamos que a produção do conceito de “colonialidade do poder” perpassa momentos de crises na América Latina, uma vez que teremos a ascensão dos governos de direita, assim como a desconjuntura da História Total Eurocêntrica nas Ciências Humanas e Sociais, o que irá desencadear na busca pela escrita de uma História vista de baixo, influenciada pelas correntes de pensamento como da Teoria da Libertação, Teoria da Dependência, bem como a presença dos estudos de Michel Foucault sobre as estruturas de

⁹“Com a conquista das sociedades e culturas que habitavam o que hoje conhecemos da América Latina, iniciou-se a formação de uma ordem mundial culminando em 500 anos depois em uma potência global que abrange todo o planeta. Esse processo envolveu, por um lado, a brutal concentração dos recursos mundiais sob o controle e em benefício da pequena minoria europeia e, sobretudo, de suas classes dominantes” (Quijano, 1992, p.11).

poder. Neste contexto surge um desejo de se produzir uma nova narrativa para a América Latina, abrindo caminhos para a nascente de novas teorias e grupos de estudos.

Silmária Reis (2024) enfatiza que o contexto político e econômico durante o século XX, com o “final da Guerra Fria, o avanço do neoliberalismo na América Latina, o fim das ditaduras civis e militares no centro e cone sul da América e os 500 anos de comemoração da invasão na América impulsionaram novas demandas para pensar o centro e sul do continente” (Reis, 2024, p.60). Isso despertou a necessidade de repensar a historiografia da América do Sul por meio de “outra cronologia histórica que visibiliza a história latino-americana dos povos subalternizados/as na historiografia mundial a partir de uma leitura conceitual própria dos(as) pesquisadores(as) latinos(as)” (Reis, 2024, p. 60). Com isso, a colonialidade do poder surgiu oferecendo uma nova ótica para a história que havia sido desenvolvida até o momento.

Em relação a propriedade de Quijano sobre o conceito “colonialidade do poder” Costa e Grosfoguel (2016) deixam em evidência que “Sem utilizar precisamente o termo “colonialidade”, já era possível encontrarmos a ideia que gira em torno desse conceito em toda a tradição do pensamento negro” (Costa; Grosfoguel, 2016, p. 17). Autores(as) contemporâneos (as) como Aimé Césaire ou Frantz Fanon também utilizam essa categoria de análise em seus estudos, assim como outros estudiosos. Ambos apontam que o conceito de colonialidade foi desenvolvido pelo sociólogo, historiador e cientista social norte-americano Immanuel Wallerstein, e que por seguinte Aníbal Quijano se aprofunda neste conceito e o nomeia como colonialidade do poder (Costa; Grosfoguel, 2016).

Em meio às críticas e questionamentos sobre o falso pioneirismo de Quijano em relação ao conceito abordado, é inegável sua contribuição para o aprofundamento e por tê-lo nomeado como tal. Assim como é inquestionável que o pensamento de Quijano é fruto de um longo processo de estudo, embasamento e sistematização de ideias feitas ao longo de sua trajetória acadêmica, e que contribuíram para a produção científica e estudo da América Latina, na medida que de forma direta ou indiretamente os trabalhos que dialogam com sua teoria contribuíram para sua articulação. Logo as críticas não desvalidam os louros de seu trabalho, ou tão pouco diminuem a importância da colonialidade do poder para a desenvoltura e fundamentação da Decolonialidade.

Deste modo, a rede Modernidade/Colonialidade surge amparada pelas reflexões de Aníbal Quijano, tendo em vista o objetivo de “problematizar a manutenção das condições colonizadas da epistemologia, buscando a emancipação absoluta de todos os tipos de opressão e dominação, ao articular interdisciplinarmente cultura, política e economia” (Reis; Andrade, 2018, p. 3), em vista da produção de uma história vista de baixo e não hegemônica das vozes

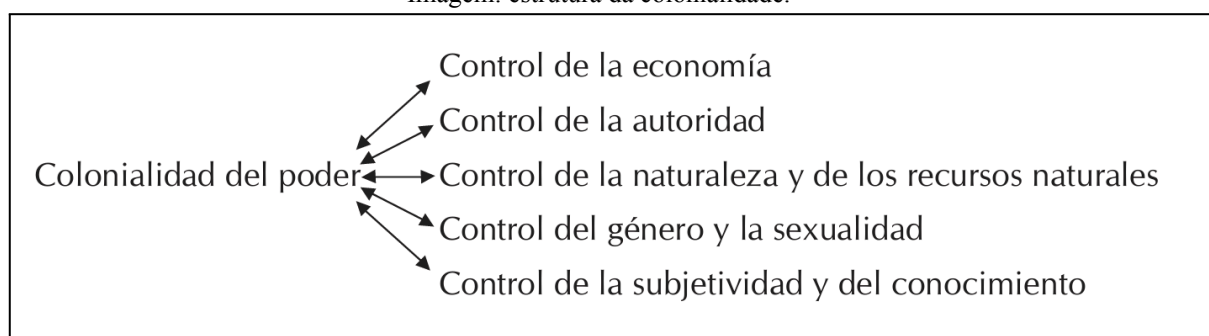
da América Latina (Reis, 2024). Composta pela participação de estudiosos como Enrique Dussel (Argentina), Maldonado Torres (Porto Rico), Walter Mignolo (Argentina), Catherine Walsh (Estados Unidos), Ramón Grosfoguel (Porto Rico), Santiago Castro-Gómez (Colômbia), Arturo Escobar (Colômbia), Rita Segato, Maria Lugones (Argentina), Zulma Palermo (Argentina), Fernando Coronil (Venezuela), Edgardo Lander (Venezuela).

É fundamental entendermos que mesmo que o Giro Decolonial possua muitos participantes, ela não se configura como um grupo. Os seus membros preferem ser referenciados como integrantes de um programa de investigação, visto que cada pesquisador usufrui de suas especificidades epistêmicas e territorialidade. Neste sentido, chama-se atenção, pois com cerca de mais dez anos de existência a rede de investigação desperta curiosidade por desenvolver “noções, raciocínios e conceitos que lhe conferem uma identidade e um vocabulário próprio” (Ballestrin, 2017, p.99) o que leva muitas das vezes a serem lidos como grupo por outros pesquisadores.

De acordo com Ballestrin (2017) a rede de investigação Modernidade/Colonialidade possui sua própria identidade e produções de estudos que foram desenvolvidos a partir da disseminação do conceito de colonialidade do poder, cunhada por Quijano (1992), uma vez que o “conceito de colonialidade foi estendido para outros âmbitos que não só o do poder” (Ballestrin, 2017, p.100).

Em vista disso, Walter Mignolo defende que a “matriz colonial de poder é uma estrutura complexa de níveis entrelaçados” (Mignolo, 2010, p.12). Como podemos ver abaixo:

Imagem: estrutura da colonialidade.



Fonte: Mignolo (2010)

Podemos perceber que a colonialidade perpassa por diferentes campos de controle da vida humana, entretanto Mignolo (2010) aponta que sua reprodução pode ser reduzida de forma geral em três pilares: a do ser, do saber e do poder. Tanto o conceito de colonialidade do ser pensado inicialmente por Walter Mignolo e em seguida desenvolvido e aprofundado

por Maldonado-Torres, como também a do saber que foi desenvolvido por diferentes pensadores da M/C derivaram-se da teoria Quijania

Também partindo dessa matriz da colonialidade do poder, a filósofa argentina Maria Lugones elabora seu conceito “sistema-colonial de gênero”, da qual argumenta que:

Como o capitalismo eurocêntrico global se constituiu por meio da colonização, diferenças de gênero foram introduzidas onde antes não havia nenhuma. Oyèrónké Oyěwùmí⁴² mostra que o opressivo sistema de gênero imposto à sociedade iorubá fez bem mais que transformar a organização da reprodução. Seu argumento nos mostra que o alcance do sistema de gênero imposto por meio do colonialismo inclui a subordinação das fêmeas em todos os aspectos da vida (Lugones, 2008, p.17).

Dito isso, ressalta que o gênero foi imposto pelo colonialismo, que as categorias binárias “homem” e “mulher” e suas representações sociais fazem parte de uma construção imposta aos povos que foram colonizados, haja vista que existiam sociedades não europeias que não tinham conhecimento dessa organização patriarcal e que somente foram modificadas após o contato com o europeu. Como no caso das mulheres Cheroquis, descrito pela pesquisadora:

As mulheres cheroquis tinham poder de declarar guerra, decidir o destino dos prisioneiros, falar ao conselho de homens, intervir em decisões e políticas públicas, escolher com quem (e se) queriam casar, e também tinham o direito de portar armas. O Conselho de Mulheres era poderoso política e espiritualmente.⁶⁴ À medida que os cheroquis foram expulsos e arranjos patriarcais foram introduzidos, as mulheres cheroquis perderam todos esses poderes e direitos. Quando foram subjugados, os iroqueses passaram de um povo centrado na Mãe e no direito materno, organizados politicamente sob a autoridade das Matriarcas, a uma sociedade patriarcal (Lugones, 2008, p. 23).

Desta maneira, alega-se que o sistema-colonial de gênero foi uma ferramenta de domínio que acarretou o enraizamento das desigualdades de gênero e afirmação do patriarcado como um sistema hegemônico. Os estudos de Lugones visam uma desconstrução dessa estrutura de poder sob o discurso de gênero, construindo assim o que compreendemos um feminismo decolonial. Seus estudos atualmente são descritos como motor de expansão dos estudos de gêneros (Reis, 2024).

Deste modo, evidencia-se que a Decolonialidade “como rede de pesquisadores que busca sistematizar conceitos e categorias interpretativas têm uma existência bastante recente” (Costa; Grosfoguel, 2016, p.16), que incorpora não somente o debate acadêmico, visto que também consiste em um projeto político de intervenção. Para além do campo teórico a estruturação da decolonialidade “consiste também numa prática de oposição e intervenção,

que surgiu quando o primeiro sujeito colonial do sistema mundo moderno/colonial reagiu contra os desígnios imperiais que se iniciou em 1492” (Costa; Grosfoguel, 2016, p. 16).

Costa; Torres e Grosfoguel (2018) enfatizam que “Uma das vantagens do projeto acadêmico-político da decolonialidade reside na sua capacidade de esclarecer e sistematizar o que está em jogo, elucidando historicamente a colonialidade do poder, do ser e do saber e nos ajudando a pensar em estratégias para transformar a realidade” (Costa; Torres; Grosfoguel, 2018, p.10). Neste sentido, a Decolonialidade busca se apropriar das ferramentas que foram utilizadas pelos europeus para retirar a roupagem da colonialidade e reconstruir as narrativas silenciadas de grupos que foram colocados como subalternos, como o caso dos povos tradicionais, negros e países de terceiro mundo.

Entende-se a Decolonialidade como um projeto político que parte de uma ação anticolonial que visa a superação das estruturas herdadas do colonialismo. Logo, o próprio gesto de produzir saberes que diferem do eurocentrismo e que valorizam territorialidades rotuladas como periféricas já é um ato político e de resistência que estimula o desmembramento da colonialidade, haja vista que suas ações agem no centro da colonialidade do poder, abrindo caminhos para discussões plurais e de variadas epistemologias que fogem do padrão hegemônico.

Neste sentido, é importante destacar que trajetória da rede de pensadores decoloniais surgem em contrapartida aos Estudos Pós-coloniais, que foi empreendido por intelectuais de países subdesenvolvidos após o fim da Segunda Guerra Mundial “que estavam radicados nos departamentos de estudos culturais, de língua inglesa, antropologia das universidades inglesas e posteriormente das universidades norte-americanas”(Costa; Grosfoguel, 2016, p.15) que buscavam estudar as consequências do colonialismo nas sociedades marginalizadas. Diante disso, outros grupos começam a ser derivados dos estudos pós-coloniais, como o caso do grupo de Estudos da Subalternidade do Sul da Ásia, liderado pelo intelectual Ranajit Guha, que “visava dismantelar a razão colonial e nacionalista na Índia, restituindo aos sujeitos subalternos sua condição de sujeitos plurais e descentrados” (Costa; Grosfoguel, 2016, p.16)

Maurício Reis e Marcileia Andrade (2018) explicam que “o pensamento pós-colonial se articula na perspectiva de demonstrar as dessemelhanças antagônicas existentes entre colonizador e colonizado, denunciando essa discrepância como um projeto de domínio e opressão” (Reis; Andrade, 2018, p.3). Deste modo, o pós-colonial é uma escola de pensamentos que após identificar as diferenciações entre colonizador e colonizado, busca delatar quais e como são as formas de dominação operada pelos territórios colonizados, com o objetivo de fazer uma releitura da narrativa da colonização (Rosevics, 2014).

Neste sentido, os estudos pós-coloniais não possuem uma matriz teórica singular, uma vez que ganham destaque por meio dos trabalhos dos seguintes intelectuais: Homi Bhabha, Edward Said e Gayatri Spivak, Frantz Fanon, Aimé Césaire, Stuart Hall e as produções do Grupo de Estudo Subalterno liderado pelo indiano Ranajit Guha. Rosevis (2014) discorre que:

Dentre as influências que inspiraram os estudos pós-coloniais, Sérgio Costa (2006) destaca três: a formação do discurso social, a partir dos pós estruturalistas Michael Foucault e Jacques Derrida; a descentralização das narrativas e dos sujeitos contemporâneos, do pós-modernismo de Jean François Lyotard; e os estudos culturais britânicos desenvolvidos na Birmingham University Center for Contemporary Studies (Rosevics, 2014, p.2).

Percebe-se que o pensamento pós-colonial recebe uma grande influência de intelectuais europeus, como Foucault e Derrida. Rosevics (2014) também aponta que:

A maior parte das pesquisas pós-coloniais seguiu a trajetória dos estudos literários e culturais, através da crítica a modernidade eurocentrada, da análise da construção discursiva e representacional do ocidente e do oriente, e das suas consequências para a construção das identidades pós independência. A preocupação dos estudos pós-coloniais esteve centrada nas décadas de 1970 e 1980 em entender como o mundo colonizado é construído discursivamente a partir do olhar do colonizador, e como o colonizado se constrói tendo por base o discurso do colonizador (Rosevics, 2014, p. 2).

É possível identificar a proposta pós-colonialista na obra *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente*, lançada no ano de 1978, do crítico literário palestino Edward Said, uma vez que sua obra traz a produção do conceito “Orientalismo”, que “é um estilo de pensamento baseado numa distinção ontológica e epistemológica feita entre o “Oriente” e (na maior parte do tempo) o “Ocidente” (Said, 2003, p. 23). De acordo com Said o orientalismo produziu uma visão estereotipada e subjugada do Oriente, e isso foi alimentado pelas produções acadêmicas, imagens, obras literárias, ou seja, tudo aquilo que é entendido como um produto cultural (Said, 2003).

Neste modo, o pós-colonialismo se categoriza como uma escola de pensamento, que contribui para o entendimento das consequências do colonialismo no sistema-mundo. Como uma vertente teórica, suas contribuições perpassa somente o campo conceitual, esmiuçando a ideia de colonizado/colonizador e o estudo dos impactos do colonialismo na identidade de grupos sociais e étnicos, porém falha em construir atitudes de superação da estrutura neocolonial. As suas contribuições ficam limitadas ao discurso e restritas à academia.

É importante entendermos que a proposta pós-colonial para a decolonial é oposta, isso desde sua operação até sua origem geográfica, entretanto mesmo com diferenças, tais

movimentos conversam entre si e possuem relações históricas de advento. Como bem, destaca Rosevics (2014):

Na década de 1990, um grupo de intelectuais latino-americanos que vivia nos Estados Unidos, inspirados pelos processos de redemocratização dos países da região e pelo debate pós-colonial que chegara às universidades estadunidenses nas décadas anteriores, decidiram fundar o Grupo Latino-Americano de Estudos Subalternos, que teve como primeiro documento oficial o “Manifesto Inaugural do Grupo Latino-Americano de Estudos Subalternos”, de 1993 (Rosevics, 2014, p.2).

O Grupo Latino-Americano de Estudos Subalternos criado em 1992 nos Estados Unidos, contou com a participação de pesquisadores, como José Rabasa, Javier Sanjines, Walter Mignolo, Nelson maldonado Torres, Aníbal Quijano, Enrique Dussel, Catherine Walsh e dentre outros pesquisadores. O grupo inicialmente foi influenciado pelas ideias do Grupo Subalterno da Índia, e tinha como objetivo “questionar os discursos articulados pelo projeto moderno (na política, na economia, na cultura e na ciência) pelos países centrais e autodenominados hegemônicos” (Reis, 2024, p.23).

Muitos dos nomes apontados são conhecidos por fazerem parte da rede M/C, isso ocorre devido o Grupo Latino-Americano de Estudos Subalternos ter se desmembrado em 1998, devido “discordâncias teóricas internas entre os(as) integrantes” (Reis, 2024, p.23). Após a desestruturação do grupo, foi fundada a rede Modernidade/Colonialidade, do qual muitos pesquisadores migraram para a nova organização de pesquisa.

Alguns pesquisadores da própria rede enfatizam que o desmembramento do grupo ocorreu devido muitos dos participantes serem de origem latino-americano, no entanto residiam nos Estados Unidos, e elaboraram somente narrativas estadunidenses, assim como possuíam muitas referências teóricas europeias (Rosevics, 2014). Isso gerou um sentimento de traição como bem evidencia Rosevics (2014):

O uso de epistemologias advindas majoritariamente de autores europeus passou a ser vista como uma traição ao objetivo principal dos estudos subalternos de rompimento com a tradição eurocêntrica de pensamento. É neste sentido que surge a crítica decolonial, trazendo a necessidade de descolonizar a epistemologia latino-americana e os seus cânones, na maior parte de origem ocidental. Como aponta Grosfoguel, é preciso descolonizar não apenas os estudos subalternos como também os pós-coloniais (Rosevics, 2014, p. 2).

A crítica decolonial ao pós-colonialismo parte da ideia de que esta poderia trazer risco e um possível esvaziamento de pauta, visto que suas narrativas trazem somente as experiências da América do Norte e da Ásia, com isso poderiam tornar-se um paradigma

hegemônico a partir da homogeneização global das experiências subalternas, visto que reforçam também a valorização da leitura europeia.

Diante disso, ao “evitar o paradoxal risco de colonização intelectual da teoria pós-colonial, a rede de pesquisadores da decolonialidade lançou outras bases e categorias interpretativas da realidade a partir das experiências da América Latina” (Costa; Grosfoguel, 2016, p. 16). Deste modo, Rosevics (2014), enfatiza que:

Dentre as principais diferenças entre os pós-coloniais asiáticos e os decoloniais latino-americanos, está o tipo de experiência colonialista que cada uma das regiões conheceu e as suas consequências para as reflexões teóricas posteriores. O colonialismo na Ásia e na África esteve ligado aos anglo-saxões e franceses majoritariamente e se distingue no tempo e no espaço, da ação dos portugueses e espanhóis na América Latina (Rosevics, 2014, p. 3).

Diferente do pós-colonial que faz a leitura das diferenças do colonizador/colonizado. O decolonial vai além disso, denunciando não somente as permanências da colonialidade e agindo como um projeto de intervenção, mas também age como um pensamento de fronteira. O pensamento de fronteira “não é um pensamento fundamentalista ou essencialista daqueles que estão à margem ou na fronteira da modernidade” (Costa; Grosfoguel, 2016, p. 18). Segundo os decoloniais as fronteiras são “*loci* enunciativos de onde são formulados conhecimentos a partir das perspectivas, cosmovisões ou experiências dos sujeitos subalternos” (Costa; Grosfoguel, 2016, p.19).

Posto isso, defendemos a importância da historicização da Decolonialidade e dos seus conceitos, uma vez que possui suas especificidades, trajetória histórica própria e isso deve ser respeitado. Assim como também vem produzindo contribuições importantes para se pensar a América Latina, como bem aponta Ballestrin (2019):

Dentre as contribuições consistentes do grupo, estão as tentativas de marcar: (a) a narrativa original que resgata e insere a América Latina como o continente fundacional do colonialismo, e, portanto, da modernidade; (b) a importância da América Latina como primeiro laboratório de teste para o racismo a serviço do colonialismo; (c) o reconhecimento da diferença colonial, uma diferença mais difícil de identificação empírica na atualidade, mas que fundamenta algumas origens de outras diferenças; (d) a verificação da estrutura opressora do tripé colonialidade do poder, saber e ser como forma de denunciar e atualizar a continuidade da colonização e do imperialismo, mesmo findados os marcos históricos de ambos os processos; (e) a perspectiva decolonial, que fornece novos horizontes utópicos e radicais para o pensamento da libertação humana, em diálogo com a produção de conhecimento (Ballestrin, 2019, p.110).

Não somente como um pensamento teórico, mas também como um projeto político de intervenção e combate, que visa a superação da colonialidade, a Decolonidade vem sendo

promissora, despertando discussões e inspirando atitudes que vão além da academia em diferentes contextos da América Latina. Deste modo, acreditamos que uma América Latina, assim como um sistema-mundo decolonial, plural e longe de binarismos vem sendo construído de forma gradativa por meio das pequenas atitudes de resistências que foram e continuam sendo travadas.

1.2 O caso do Brasil: *a decolonialidade à brasileira*

Em meio a disseminação das ideias da rede Modernidade/Colonialidade durante as últimas décadas dos anos dois mil, percebe-se que a academia brasileira vem recepcionando de forma intensa os debates decoloniais, principalmente na área das ciências humanas, como no campo da História, que é o alvo deste trabalho. De acordo com Reis (2024) a intensidade do debate contra a colonialidade e ascensão de escritas subalternas está sendo “propagado na historiografia brasileira contemporânea, sobretudo, com a emergência cada vez mais frequente das pesquisas que dialogam diretamente com os marcadores identitários sociais de raça, classe e gênero” (Reis, 2024, p.19). Reis (2024) também enfatiza que:

Nos últimos 11 anos foi possível identificar na historiografia brasileira a inserção do pensamento decolonial como mais uma via teórico-política que tem abarcado os problemas consequentes do processo colonial. Por meio da recepção da reflexão desses autores(as) latino-americanos(as), os(as) pesquisadores(as) brasileiros(as) têm dado novas releituras para o conceito de “decolonialidade” e inserido perspectivas anticoloniais de pensadores(as) brasileiros(as) nessa seara conceitual (Reis, 2024, p. 75).

Entende-se que o conceito de decolonialidade, ou seja, a busca pela superação da colonialidade tem sido alvo de uso e de releitura nos trabalhos de pesquisadores brasileiros, no qual os mesmos estão adaptando o conceito às especificidades das experiências brasileiras. Deste modo, ressalta-se que a decolonialidade vem ganhando um sentido amplo no Brasil, que englobam todas as atitudes de resistência contra a colonialidade, fazendo com que pesquisadores brasileiros sejam lidos como decoloniais, como o caso da historiadora Maria Beatriz Nascimento, mesmo sem participação na rede M/C.

A visibilidade da decolonialidade na Historiografia Brasileira, trouxe a tona a importância do combate ao eurocentrismo no campo da História, e bem como a valorização de narrativas de grupos que foram subalternizados como no caso dos negros e indígenas, além de reflexões entornos de práticas de superação da desigualdade racial. Entretanto, é importante

destacar que primeiramente a iniciativa de resistência contra a colonialidade no Brasil surgem vinculados aos movimentos sociais, como o Movimento Negro e Indígena.

O embate contra o racismo e a valorização da vida negra no Brasil perpassa uma longa trajetória de organizações culturais e políticas desde o início do século XX, que atuavam de forma independente. Com o golpe de 1964 os grupos de resistência negras começaram a ter uma maior visibilidade devido às inúmeras ações empreendidas em diversos setores da sociedade contra o regime. Isso também resultou na criação de diferentes entidades negras como aponta Lélia Gonzalez (1982):

De qualquer modo, o trabalho desenvolvido pelos elementos mais coerentes do IPCN em seus “circuitos itinerantes”, resultaria, em 1976, na criação de uma outra entidade: o Centro de Estudos Brasil-África (Ceba), localizado em São Gonçalo. Ainda em 1975, em novembro, a questão negra passava a ser formalmente discutida na universidade: o Grupo de Trabalho André Rebouças (GTAR) realizava sua primeira Semana de Estudos Sobre o Negro na Formação Social Brasileira, na Universidade Federal Fluminense, reunindo professores e pesquisadores nas mais diferentes áreas, especialistas na questão negra (Gonzalez, 1982, p. 33)

Em um contexto de Ditadura Militar com “uma modernização conservadora, há uma notável expansão do sistema universitário brasileiro, em especial no setor privado. Ainda que de forma tímida, muitos negros passam a ter acesso à educação superior” (Trapp, 2015, p. Logo a juventude negra universitária de classe média começa a identificar a persistência do racismo, encorajando a constituição de um Movimento Negro organizado e que viria a se tornar o que conhecemos contemporaneamente como Movimento Negro Unificado-MNU (Trapp, 2015).

Vai ser no Rio de Janeiro, em Niterói por volta do ano de 1973 por meio do Grupo de Trabalho André Rebouças da Universidade Federal Fluminense (GTAR) “que veremos, pela primeira vez, universitários negros brasileiros discutindo os temas e problemas do negro dentro da – e para a – Universidade” (Trapp, 2015, p. 15). O grupo teve um importante papel na inserção das discussões raciais na academia como bem enfatiza Rafael Trapp (2014):

Estamos falando do Grupo de Trabalho André Rebouças (GTAR), reunião de estudantes negros da Universidade Federal Fluminense que desenvolveu, a partir de 1973, intensas discussões sobre o papel do negro na história e sociedade brasileiras. Entre seus membros estavam a historiadora negra Beatriz Nascimento, Marlene Cunha e Andreino Campos, entre outros. Em 1976 o GTAR organizou a I Semana de Estudos Sobre a Contribuição do Negro na Formação Social Brasileira, que contou com a presença de pesquisadores do Rio e de São Paulo, como Beatriz Nascimento, Carlos Hasenbalg, Eduardo de Oliveira e Oliveira e Manuel Nunes Pereira (Trapp, 2014, p. 7)

É perceptível que o GTAR cunhou a participação de importantes pesquisadores tanto no campo da História como no campo da Antropologia. Logo o “GTAR se constituiu como um projeto de negritude acadêmica, formando acadêmicos ativistas, alguns/umas dos/as quais se tornaram pesquisadores/ as das relações raciais, a exemplo de Marlene de Oliveira Cunha e posteriormente Andreolino de Oliveira Campos” (Ratts, 2011, p. 33).

O Movimento Negro brasileiro atuou na luta contra o racismo, e por seguinte com a fundação do Movimento Negro Unificado (MNU) em 1978 as discussões sobre o papel do negro na História brasileira se tornou mais intensa, na medida que a resistência negra sempre esteve fortemente relacionada as pautas da educação (Pereira, 2011). Muitos militantes de diferentes estados utilizaram o âmbito da educação para combater a discriminação racial e desenvolver narrativas a partir do ponto de vista da história negra, por meio da elaboração de cartilhas para professores e alunos como demonstra Amílcar Pereira (2011):

A estratégia de atuar no âmbito da educação foi muito utilizada por organizações negras em vários estados brasileiros. Nesse sentido, a produção de cartilhas como as de Mundinha Araújo do CCN, para informar não só alunos e professores nas escolas, mas os próprios militantes e a sociedade como um todo, foi uma prática recorrente nas organizações negras de norte a sul do Brasil. E essas cartilhas circulavam nos diferentes estados, em função das redes de relações estabelecidas pelos militantes de todo o país, principalmente na década de 1980. E essas publicações tinham o objetivo, primeiro, de apresentar aspectos pouquíssimos conhecidos da história do Brasil, especialmente as histórias dos negros no Brasil. Os próprios títulos são bastante sugestivos nesse sentido. O *Caderno de descolonização da nossa história: Zumbi, João Cândido e os dias de hoje*, publicado por Amauri Mendes Pereira e Yedo Ferreira, militantes negros no Rio de Janeiro, e a cartilha citada do CCN do Maranhão *Esta história eu não conhecia*, ambos de 1980, são dois exemplos emblemáticos do que se quer dizer aqui (Pereira, 2011, p. 42).

Resultante dos longos anos de esforços dos militantes do Movimento Negro a Lei 10.639 foi aprovada em 9 de janeiro de 2003 durante o governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, momento que ficou conhecido pelo destaque da esquerda no Brasil e afloramento das discussões sociais. A lei tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-brasileira nas escolas públicas e privadas de Ensino Básico, de forma que ampliou o currículo nacional de ensino com a inserção de narrativas não hegemônicas. Deste modo, a lei converteu-se em um símbolo da luta pelo letramento racial e pela superação do racismo por meio de uma educação plural e ancestral.

Com a implementação da Lei 10.639/2003 a historiografia brasileira e a academia sofreram um forte impacto. Tendo em vista que a lei contribui para abertura de uma nova leitura e produção da História brasileira. As pesquisas sobre raça, racismo, negritude e saberes

e cultura africana se tornaram mais frequentes, visto que isso se tornou necessário para suprir as demandas do Ensino Básico (Reis, 2024).

Vinculado à luta contra a colonialidade, o Movimento Indígena também foi, e é um contribuinte para ações que visam a releitura da História brasileira e recepção de narrativas decoloniais. Segundo Bicalho (2022) o Movimento Indígena se “se caracteriza, entre outros aspectos, pela diversidade de povos e culturas” (Bicalho, 2022, p. 2) que em meio ao “ciclo de Ditaduras Militares que assolou a América Latina, esses povos também estiveram entre os que se organizaram e, juntamente com os povos afro-diaspóricos e as mulheres, lutaram contra os desmandos do governo autoritário e repressor de diversos países” (Bicalho, 2022, p.18).

O Movimento Indígena no Brasil se caracterizou como um dos movimentos sociais contemporâneos que “não se expressa pela ideia de unidade, nem externa e nem internamente” (Bicalho, 2022, p.18) devido a sua extensa diversidade cultural e linguística. Entretanto, é sua “diversidade e a fragmentação que o distingue, o que não o descaracteriza enquanto Movimento Indígena” (Bicalho, 2022, p.18), visto que possui suas ações e reivindicações próprias, na medida que visa a manutenção e valorização de suas diferenças de forma harmoniosa (Bicalho, 2022).

A luta indígena no Brasil é resultado de uma longa dívida colonial que desencadeou em um cenário de exclusão e falta de reconhecimento, haja vista que esse quadro só começou a ser modificado por meio da institucionalização da Constituição Cidadã no ano de 1988, que estabeleceu pela primeira vez na história brasileira o reconhecimento legal da existência povos indígenas, assim como os seus direitos. Isso ocorreu devido a forte mobilização do Movimento Indígena e apoio de grupos militantes que deram visibilidade à pauta indígena.

As reivindicações indígenas por muito tempo foram silenciadas e distorcidas tanto no meio político como também no meio acadêmico, porém com a forte organização do Movimento Indígena Brasileiro e suas lideranças, isso veio se modificando a passos lentos, como no caso do reconhecimento de direitos na Constituição, como também no importante marco da implementação da Lei 11.645/2008 que reforçou a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Indígena no Ensino Fundamental e Médio.

Assim como a Lei 10.639/2003 a Lei 11.645/2008 também impactou a historiografia brasileira e academia, tendo em vista que trouxe a necessidade de estudar e produzir com mais intensidade pesquisas e discussões sobre a História Indígena, de forma que incorpora o lugar de fala dos povos nativos. Em meio a este contexto de transformações a Lei 10.639/2003 fruto do Movimento Negro e a Lei 11.645/2008, consequência da luta do Movimento Indígena,

auxiliaram na incorporação e ascensão das ideias da rede Modernidade/Colonialidade no campo teórico brasileiro.

De acordo com Reis (2024) a adesão do discurso decolonial na academia brasileira trouxe destaque para a trajetória e produções de militantes acadêmicos e literatos como Maria Beatriz Nascimento¹⁰, Lélia Gonzalez¹¹, Ailton Krenak¹², Conceição Evaristo¹³, Kabengele Munanga¹⁴, Daniel Munduruku¹⁵, Carolina Maria de Jesus¹⁶ e dentre outros. A maioria destes nomes não fazem parte do campo da História, com exceção da historiadora Maria Beatriz Nascimento, porém estes traçam narrativas que fogem do discurso hegemônico, fortalecendo a historicização de grupos e narrativas que não foram contempladas pela historiografia tradicional.

Os nomes apresentados acima em sua maioria são apontados como pesquisadores decoloniais, tendo em vista as últimas pesquisas observadas na construção desse trabalho. De acordo com Reis (2024) isso ocorre devido a recepção da decolonialidade no Brasil ter gerado um estado de *decolonialidade à brasileira*. Isto seria “como um metaconceito e tem o propósito de nomear diferentes tendências e formas de operacionalização dos conceitos e dos debates decoloniais, nas pesquisas desenvolvidas no campo da História” (Reis, 2024, p. 19).

A *decolonialidade à brasileira* defendida por Reis (2024) e utilizada neste trabalho para a leitura da rede M/C na historiografia brasileira que refere-se “a um compilado de “tradições e experiências anticoloniais, sendo a maior parte delas anteriores ao próprio surgimento do paradigma decolonial” (Reis, 2024, p. 19), uma vez que as resistências e discussões sobre a superação do discurso eurocêntrico no Brasil foi pautado primeiramente

¹⁰ Maria Beatriz Nascimento migrou ainda criança nos anos de 1949 de Aracaju para o subúrbio do Rio Janeiro, filha de doméstica e pai pedreiro dedicou a sua infância e adolescência aos estudos cursados em escola pública. Beatriz Nascimento ingressou em 1967 para o curso de História na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), finalizou em 1971 sua graduação e em 1979 adentrou no Programa de Pós-Graduação da Universidade Fluminense (UFF) para fazer sua especialização em História do Brasil, e logo foi nomeada professora de História pela Secretária de Educação do Rio de Janeiro em 1984, focada em sua busca por conhecimento ingressou no Programa de Mestrado, sob orientação do professor Muniz Sodré André 1994. No auge de sua trajetória acadêmica foi vítima de três disparos feitos por arma de fogo e veio a óbito no dia 28 de Janeiro de 1995, deixando muito jovem uma forte trajetória acadêmica e participação no movimento negro.

¹¹ Ativista do movimento negro, professora, filósofa, historiadora e geografa é uma das mais importantes referências do feminismo negro brasileiro. Lélia buscou ao longo de sua trajetória acadêmica e militante refletir sobre o lugar social do negro na América Latina e no Brasil, tendo em vista uma revisão da História.

¹² Indígena da etnia Krenak, militante, ativista, escritor, ambientalista e filósofo. Ailton coleciona obras importantes como *A vida não é útil*, *O amanhã não está à venda* e *como adiar o fim do mundo*. Suas produções trazem os saberes ancestrais dos povos indígenas e o cuidado com a terra.

¹³ Escritora brasileira, linguista, participante do Movimento Negro, atualmente é uma das literatas mais importantes do pós-modernismo brasileiro.

¹⁴ Antropólogo brasileiro-congolês, especialista em estudos de raça e população brasileira.

¹⁵ Indígena da etnia Munduruku, ativista, e atuante no campo da literatura infanto-juvenil. Daniel Munduruku defende os direitos indígenas e visa a valorização do conhecimento dos povos tradicionais em suas obras.

¹⁶ Cantora, poetisa, e escritora brasileira famosa por sua obra *O quarto de despejo: o diário de uma favelada*, que evidencia a segregação espacial e a desigualdade social e racial no Brasil.

pelos Movimentos Negros e Indígenas no final do século XX e se reforça ao longo dos anos 2000 com a enraizamento dos governos de esquerda e a implantação da Lei 10.639/2003 que tornou obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e por seguinte a Lei 11.645/2008 que também tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Indígena. Com isso, gerou-se uma urgência de se repensar a História brasileira e trazer para dentro das academias o olhar sobre estes grupos que anteriormente foram tidos como subalternos. E no campo da História estes diálogos estão “intrinsecamente relacionados às questões de raça, gênero e classe, imbricadas nas pesquisas sobre História da Historiografia, Teoria da História, Ensino de História e História Indígena” (Reis, 2024, p.75).

De acordo com Reis (2024) a decolonialidade opera em seu sentido amplo, devido haver na historiografia brasileira uma imprecisão da compreensão dos conceitos de “pós-colonial” e “decolonial”, assim como uma descrição da relação do pensamento negro com o decolonial. Logo é necessário:

pensar a decolonialidade à brasileira como um metaconceito em função, por um lado, de sua abertura semântica, seu potencial agregador e suas múltiplas formas de operacionalização. Esse potencial se desdobra em diferentes formas de incorporação de experiências concretas, tais como: a) as experiências históricas de resistência e crítica ao colonialismo, distribuídas na longa duração (do século XVI aos dias atuais) (sentido amplo de decolonialidade); b) os múltiplos paradigmas científicos, correntes intelectuais e escolas de pensamento que se formaram ao longo dos séculos XX e XXI, em diferentes partes do mundo, que têm na crítica ao colonialismo o seu ponto em comum. Por outro lado, pensar a decolonialidade à brasileira como metaconceito também se deve à percepção de que, na tradição acadêmica brasileira, observa-se uma tendência ao esvaziamento do caráter político da decolonialidade, o silenciamento de autorias negras e indígenas e abordagens seletivas que se limitam a “dialogar com os membros da rede de investigação modernidade/colonialidade e com outros teóricos latino-americanos que falam a partir de uma perspectiva da população branca.” (Reis, 2024, p.27).

Deste modo, salientamos que a recepção do paradigma decolonial na historiografia brasileira, explicado aqui pelo uso do conceito de Reis (2024) de *decolonialidade à brasileira* ajuda a entendermos que a recepção dos conceitos produzidos pela rede Modernidade/Colonialidade no campo histórico brasileiro se trata de um quadro de versatilidade de usos e representações que englobam os discursos do Movimento Negro, Movimento Indígena, ações políticas, assim como os modismos da academia, que serão lidos como decoloniais devido trazerem em seu cerne questões que fogem da leitura feita pelo pensamento eurocêntrico, como bem explica Reis (2024):

Nesse sentido, o metaconceito de decolonialidade à brasileira evidencia o poder evocativo de “decolonialidade” em sua recepção no Brasil, responsável por uma

grande diversidade de usos e interpretações, muitas vezes incompatíveis. Do caráter político-acadêmico da decolonialidade a mero modismo na academia, o metaconceito de decolonialidade à brasileira pretende, em síntese, abarcar esse fenômeno abrangente (Reis, 2024, p. 28).

Logo ressaltamos que a decolonialidade opera na historiografia brasileira de uma forma complexa e diversa. Entretanto, argumentamos que para evitar diacronismos e pagamentos de movimentos e epistemes, alguns autores devem ser localizados dentro do seu contexto como no caso de pesquisadores do Movimento Negro, uma vez que esses pesquisadores trazem atitudes decoloniais, porém não fazem parte da decolonialidade restrita.

2.DESCONSTRUINDO CÂNONES: UMA ANÁLISE DA RECEPÇÃO DA TEORIA DECOLONIAL NAS REVISTAS HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA, ABPN E REVISTA DE HISTÓRIA DA USP (2000-2024)

Neste capítulo intitulado *Desconstruindo Cânones: uma análise da recepção da Teoria Decolonial nas revistas ABPN, História da Historiografia e Revista de História da USP (2000-2024)* tem por intencionalidade identificar as publicações e historiadores que dialogam com a perspectiva decolonial, bem como refletir sobre as possibilidades da construção de historiografia brasileira demarcada pela superação da colonialidade.

Esse capítulo foi dividido em dois tópicos. O primeiro foi intitulado *As vozes de “atitudes decolônias” na Historiografia Brasileira*, dedica-se a refletir sobre os trabalhos que dialogam com a perspectiva decolonial. O objetivo é pontuar os historiadores, identificar o contexto em que os conceitos, referências e o próprio termo decolonial estão sendo utilizados e aplicados no campo da História.

Em seguida o foco se volta para o segundo tópico, intitulado *Nas trilhas de uma nova História?: perspectivas sobre uma Historiografia Brasileira Decolonial*. Esta seção em meio às discussões do tópico anterior, e a luz dos debates contemporâneos da História, debate sobre as possibilidades de uma Historiografia Brasileira plural e fora dos eixos eurocêntricos, tendo em vista a proposta decolonial.

Para a produção do capítulo, fez uso da prática metodológica de Estado da Arte. Artigos foram catalogados em um recorte temporal de 2000 a 2024 nos seguintes periódicos digitais: Revista de História da Historiografia, Revista ABPN e Revista de História da USP. A escolha dos artigos ocorreu por meio do filtro das palavras-chave: pensamento pós-colonial, pensamento decolonial, decolonial, subjetividade, subalternidade, sul global, colonialidade e

História.

Em seguida foi realizada análise dos artigos por meio da técnica categorial de análise de conteúdos de Laurence Bardin (2016). Tendo em vista a compreensão das áreas em que as publicações estavam localizadas, os conceitos mais utilizados da decolonialidade, referências da rede M/C e principalmente o contexto em que tais discussões estavam sendo empregadas.

2.1 As vozes de “atitudes decoloniais” na Historiografia Brasileira

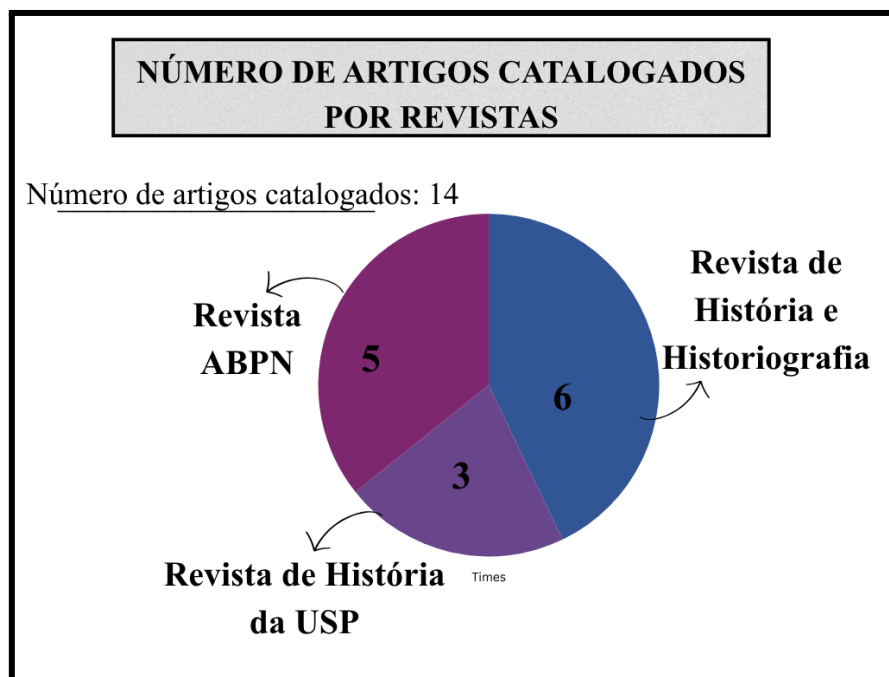
Neste estudo o termo “decolonialidade restrita” é empregado para delimitar as produções, conceitos e perspectivas dos pesquisadores vinculados a rede Modernidade/Colonialidade conforme a proposta de Reis (2024). O objetivo é utilizar tal nomenclatura como um meio de identificação da produção de saberes acadêmicos produzidos pela rede M/C, dada a variação de usos do termo “decolonial” em diversos contextos. É importante ressaltar que a decolonialidade restrita se caracteriza por não possuir participação de intelectuais brasileiros em sua formação original, e dispõem de suas especificidades históricas e articulações próprias para a sua existência.

Mesmo em meio a ausência de participantes brasileiros, isso não impediu a adesão dos conceitos da rede Modernidade/Colonialidade, e tão pouco o conhecimento da proposta política de desconstrução da colonialidade. De maneira que a sua incorporação nas pautas brasileiras ganhou diversas interpretações e significados, como bem evidencia Reis (2024), por meio de sua tese de “decolonialidade á brasileira”, a qual se faz uso nesta discussão.

Deste modo, tendo em vista as circunstâncias da decolonialidade à brasileira, e a historicização da trajetória da rede Modernidade/Colonialidade, entende-se que os trabalhos fabricados durante os últimos anos no campo da Historiografia Brasileira devem ser lidos pelo que Nelson Maldonado-Torres (2016) chama de “atitude decolonial”. De acordo com Nelson Maldonado-Torres a atitude decolonial são “projetos insurgentes que resistem, questionam e buscam mudar padrões coloniais do ser, do saber e do poder” (Torres, 2016, p. 88).

Pensando em identificar os trabalhos e autores no campo da História que possuem ações contra colonialidade e elencam em sua narrativa saberes que fogem dos ideais eurocêntricos, rompendo com os padrões do ser, do saber e do poder, acessou-se artigos que foram publicados na Revista de História e Historiografia, Revista ABPN e Revista de História da USP entre os anos de 2000 a 2024 com o uso de palavras-chave. Foram catalogados de forma geral 14 artigos que confluem com as narrativas decoloniais, uma vez que os dados específicos de cada revista são mostrados no gráfico abaixo:

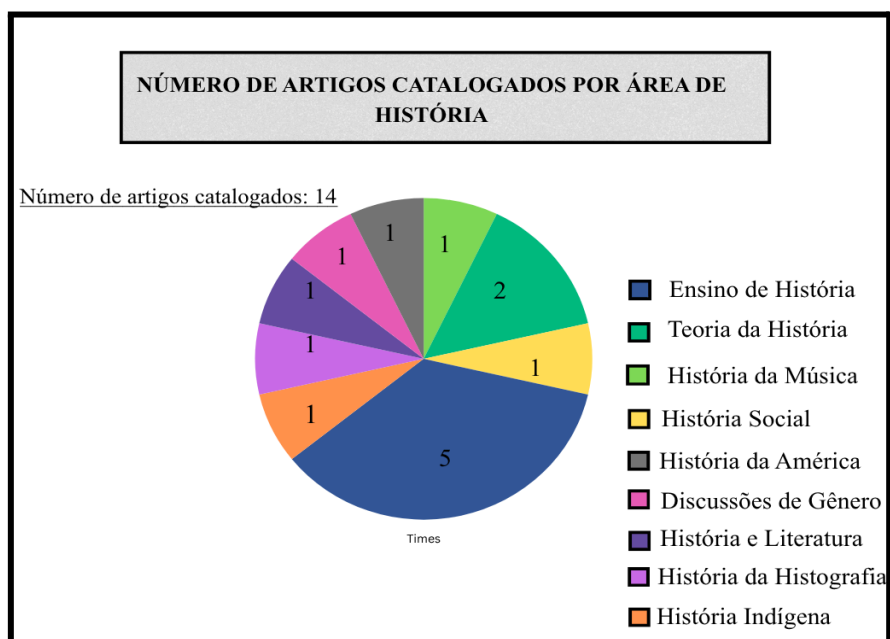
Gráfico 1: quantidade de artigos catalogados por revista.



Fonte: autoria própria.

Dentre os quatorze artigos catalogados, seis deles se encontram na Revista de História e Historiografia, cinco na Revista ABPN e três na Revista de História da USP. As publicações acessadas possuem em comum o diálogo com autores e conceitos da decolonialidade restrita, ou a menção do termo decolonial, além disso notou-se que estas contemplam as seguintes áreas do Campo da História:

Gráfico 2: áreas de concentração em História dos artigos catalogados.



Fonte: autoria própria

Os artigos acessados estão localizados nas áreas de Ensino de História, Teoria da História, História da Historiografia, História da Música, História da América, Discussões de Gênero, História Indígena e História e Literatura. Dentre as áreas ressaltadas, o Ensino de História ganha destaque com a recepção de trabalhos que dialogam com a perspectiva decolonial.

O destaque dos trabalhos na área do Ensino de História aqui catalogados com abordagens decoloniais pode ser explicado pela influência da Lei 10.639/2003 e Lei 11.645/2008. Tais dispositivos legais impulsionam a necessidade de pensar-se práticas de ensino que fogem do eixo hegemônico. Diante disso, evidencia-se que dos cinco trabalhos encontrados na área de Ensino de História somente um não elenca a importância de tais leis e das suas aplicações no ensino básico.

Tais produções englobam uma crítica à colonialidade epistêmica na área do Ensino de História. Um exemplo notável é o artigo *A Branquitude e a Colonialidade na prática docente na Educação Básica*, da historiadora Maíra Pires Andrade, que elucida esse contexto por meio da análise de relatórios, produzidos por discentes durante a disciplina de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório, na Universidade do Estado de Santa Catarina (UESC).

A historiadora Maíra Pires Andrade analisou 24 relatórios realizados entre os anos de 2000 a 2024. Em sua investigação, ela argumenta que ainda que os estagiários da UESC, do curso de História, tivessem como alvo executar aulas que revelassem a participação dos afrodescendentes e indígenas na História do Brasil, as práticas narradas nos relatórios acabaram por demonstrar um contexto de colonialidade e de reprodução da ótica eurocêntrica.

Isso é explicado pelo argumento de que a instituição educacional ainda opera como um local de réplica “de estruturas sociais permeadas por valores brancos, europeus, cristãos, ocidentais e colonialistas, incidentes sobre toda cultura escolar, seja no currículo, no livro didático ou na seleção de conteúdos a serem trabalhados, inclusive nos momentos de estágio” (Andrade, 2018, p.242). Essa reprodução se exteriorizou no fato de que os conteúdos escolhidos pelos estagiários não corroboraram para o aprendizado de um conhecimento específico da História dos Povos Africanos, visto que o tema da escravidão foi o mais abordado em sala.

Fica evidente no artigo que “a escolha de conteúdos pode influenciar no olhar e nas representações de quem ensina e também de quem aprende” (Andrade, 2018, p.243). Assim, a

prática docente é posta de forma dual, tanto como uma auxiliadora na conservação da narrativa eurocêntrica, quanto contribuidora para a descolonização do saber. Essa dualidade é determinada unicamente a partir das escolhas do docente no cotidiano escolar.

A autora afirma que após a Lei 10.639/2003, foi possível perceber mudanças nos relatos analisados: a escolha dos conteúdos e das atividades descritas indicou uma postura mais crítica dos estagiários para com as discussões relacionadas aos sujeitos afrodescendentes. No entanto, Andrade (2018) também deixa claro que somente a inserção de conteúdos sobre a História da África no ensino básico não é capaz de transformar o quadro de domínio das narrativas brancas, sendo primordial que se dê atenção primeiramente para a formação dos professores perante tais discussões.

Para a produção da pesquisa, Maíra Pires Andrade, fundamentou-se no conceito de “colonialidade do poder” e “colonialidade do saber” desenvolvidos por pesquisadores da rede Modernidade/Colonialidade. Tais conceitos são utilizados como ferramentas relevantes para compreensão da necessidade de urgência do rompimento com a Historiografia Tradicional, Currículos Escolares e formação dos professores baseados em narrativas eurocêntricas.

Para além da crítica à colonialidade epistêmica, notou-se que algumas das publicações catalogadas descrevem vivências ou propostas de ensino que objetivam a inserção dos saberes não hegemônicos. Um exemplo disso é o artigo nomeado *A Lei 11.645/08 e o modelo epistemológico dominante: em busca de ecologias para a cosmogonia Iorubá no Ensino de História*, produzido pela historiadora Rosiléia da Silva Santana, o matemático Luís Márcio Santos e a historiadora Fernanda Rebelo-Pinto.

Os autores expõem no artigo que os docentes de História possuem dificuldades para trazer para o cotidiano da sala de aula os saberes afro-brasileiros, africanos e indígenas. Essa dificuldade é delegada aos documentos oficiais que regem a educação brasileira como a Base Nacional Comum Curricular, Parâmetros Nacionais Comum Curricular e o Currículo Escolar, que segundo os autores privilegiam conteúdos hegemônicos para compor a grade de História. Em consequência a isso a prática da Lei 11.645/2008 estaria restrita somente às datas comemorativas.

Em resposta a essa problemática, é desenvolvido por meio da Teoria Antropológica Didática (TAD), atividades, espaços e metodologias que levam em consideração a prática dos saberes afro-brasileiros e indígenas na sala de aula. Desta maneira, é colocado como proposta didática a cosmogonia iorubá, do qual traz a ancestralidade africana, potencializando assim, a presença dos saberes dos povos afro-brasileiros na formação dos cidadãos brasileiros (Santana; Farias e Rebelo, 2018).

Neste sentido, o artigo demonstra uma experiência de ensino com uma turma de 6º ano do Ensino Fundamental sobre a discussão do mito de criação, baseado na ótica iorubá, trazendo como ferramenta o uso de vídeos. Em relação a avaliação dos alunos para a com a proposta de atividade, é descrito que os alunos foram divididos em grupos, no qual cada grupo ficou responsável de eleger um deus que compõem a mitologia iorubá observada no vídeo, durante a atividade os grupos foram questionados sobre a justificativa de suas escolhas.

Os autores evidenciaram que a atividade trouxe uma boa reflexão e discussão sobre os elementos da cultura afro-brasileira, e africana em sala de aula. Para a composição e embasamento da discussão, Rosiléia da Silva Santana, Luís Márcio Santos e Fernanda Rebelo-Pinto fazem uso do conceito de “colonialidade do poder” e traz referência a Aníbal Quijano.

Já no campo da Teoria da História a publicação *Redimensionando: uma forma de leitura crítica aplicada à Historik de Jorn Rusen* produzido pela historiadora Ana Carolina Barbosa Pereira chama atenção pela sua crítica à dependência epistêmica. De acordo com a historiadora a base da História brasileira são as produções europeias, tendo como herança as matrizes-teóricas francesa, alemã, britânica e a micro-história italiana.

Ana Carolina Barbosa Pereira, argumenta que a formação dos historiadores brasileiros foi e são “orientadas, estritamente, pelo pensamento ocidental, levando as formas de pensar pouco criativas, imitativas e dependentes de “modismos teóricos” e conceituais” (Pereira, 2023, p.4), desenvolvendo assim o que Syed Hussein Alatas¹⁷ denomina de “mente cativa”.

Para superar o estado de “mente cativa” é sugerido o uso de ações coletivas, tendo em vista o desafio de repensar e combater os currículos que possuem um teor eurocêntrico. Isso também demanda o fortalecimento de pesquisadores que promovam conhecimentos e debates que fogem dos padrões normativos.

É destacado a importância de fazer uma leitura crítica dos teóricos que são utilizados durante uma pesquisa, assim como raciocinar de forma independente sem a necessidade de estar sempre visando o enquadrando na perspectiva hegemônica. Logo, Pereira (2023) enfatiza a potencialidade da desobediência epistêmica, a qual Walter Mignolo descreve como uma ação de escolha que corrobora com o processo de descolonização.

É notado que Ana Carolina Barbosa Pereira faz uso de ideias de autores que compõem a decolonialidade restrita, ou seja, a rede de pesquisadores M/C, como Walter Mignolo e

¹⁷Sociólogo nascido na Indonésia, durante a sua trajetória acadêmica produziu valorosas críticas ao colonialismo e a importância da superação acadêmica europeia.

Ramón Grosfoguel, bem como a cita em seu texto, vos colocando-os como indivíduos colaboradores da construção de um pensamento de fronteira.

Classificado nas discussões de História e Literatura, o artigo *Ainda sobre fantasmas: temporalidade, arquivo e futuro no romance Mohamed Mbougar Sarr* de autoria do historiador Eduardo Ferraz Felipe também problematiza a dependência epistêmica. No sentido de ir contra tal quadro, é exposta a relação da memória, futuro, literatura e o uso de arquivos a partir da análise da obra *A secreta memória dos homens*, produzida pelo literato Mohamed Mbougar Sarr¹⁸.

O romance analisado, narra a história do personagem Diégane Latyr Fayer, um escritor senegalês radicado em Paris, que ao deparar-se com um livro de baixa popularidade, busca compreender os motivos do esquecimento da obra em uma caçada incessante pelo autor. A jornada elenca reflexões em torno da produção da escrita, as vivências coloniais de seu país de origem e a relação da História com Literatura.

Desta maneira, ressalta-se no artigo que a obra de Mohamed Mbougar Sarr é uma ferramenta que rompe com os silêncios daqueles que vivenciaram as violências desenvolvidas pela colonização no Senegal, bem como traz uma crítica ao tempo linear e evolutivo, reivindicando assim novas interpretações cronológicas, como a do tempo circular presente em algumas das culturas africanas. (Felipe, 2023).

Em consonância com essa proposta também é posto que os romances, assim como todas as produções literárias devem ser lidas como fontes históricas, visto que contribuem para preencher as lacunas deixadas pelas fontes oficiais. É dado o exemplo do arquivo, interpretado como uma peça da estrutura de poder, que decide as memórias que devem ser preservadas e aquelas que devem ser esquecidas.

No texto de Eduardo Felipe, é observado relações e menções que emergem da decolonialidade, especialmente pelo uso do conceito de “colonialidade do poder”, referências a autores como Aníbal Quijano e Walter Mignolo. Contudo, foi possível detectar que o autor homogeneiza o pensamento pós-colonial com o decolonial, tratando ambos com igualdade.

Evidencia-se que a maioria dos artigos aqui identificados sob a ótica de uma atitude decolonial engloba discussões relacionadas a questões étnico-raciais. Em exemplo temos a publicação, classificada na área de História da Historiografia, intitulada de *Raça, corporeidade e subjetividade em Beatriz Nascimento e Eduardo de Oliveira e Oliveira*, escrita

¹⁸Mohamed Mbougar Sarr nasceu no Senegal e mudou-se para França com o intuito de estudar Filosofia e Literatura. O escritor tornou-se conhecido após o livro *A secreta memória dos homens* ser premiado no Prêmio Goncourt.

pelo historiador Rafael Petry Trapp. O trabalho analisa as relações de raça e corporeidade na perspectiva de Maria Beatriz Nascimento e Eduardo de Oliveira e Oliveira, trazendo à tona o conceito de “corpo histórico” da historiadora e “a pesquisa participante” do sociólogo.

Rafael Trapp (2023) expõe que o Trabalho acadêmico de Beatriz Nascimento se fundamenta em uma crítica incontestável à colonialidade da História da Historiografia. O historiador enfatiza que a historiadora trouxe uma visão sobre o quilombo diferente da perspectiva até então discutida no campo da História durante o final do século XX.

De maneira, que Maria Beatriz concebe o quilombo como uma forma de resistência viva, elencando a relação passado e presente. Ela argumenta que os quilombos contemporâneos estão incorporados nas ações das periferias, escolas de sambas e no próprio corpo negro, onde perpassam também suas vivências subjetivas.

Nesse sentido, Rafael Trapp pontua que assim, como Beatriz Nascimento, Eduardo Oliveira foi um crítico e combatente da ideologia de “democracia racial” transmitida por Gilberto Freyre. O autor enfatiza que ambos foram grandes companheiros de militância, liderando as reivindicações negras no Brasil a partir do ambiente acadêmico.

No trabalho de Rafael Trapp (2023), os conceitos de “colonialidade do poder” são utilizados para manifestar uma crítica à colonialidade presente na Historiografia Brasileira e na Teoria da História. Apesar disso, o historiador não se aprofundou nesses conceitos, finalizando seu texto ao discorrer sobre a importância do pensamento de Maria Beatriz Nascimento e Eduardo Oliveira para a construção de uma perspectiva não hegemônica e plural das Ciências Humanas. A utilização de termos como “descolonizar” e a referência a Aníbal Quijano, remetem, ademais, às leituras da rede Modernidade/Colonialidade.

No artigo *Informalidade urbana, classe trabalhadora, e raça no Rio de Janeiro: a história dos censos de favelas (1948-1960)*, pertencente às discussões relacionadas à História Social, escrito pelo historiador Samuel Silva Rodrigues de Oliveira também faz menções às categorias de colonialidade e a colonialidade do poder. Ele associa tais categorias a desigualdade social e racial no Brasil.

O artigo em questão aborda a história dos censos das comunidades periféricas da cidade do Rio de Janeiro, elaborados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O autor explana como esses censos influenciaram de forma negativa na construção de um discurso de pobreza e repúdio de tais espaços. O debate foi desenvolvido com base nos resultados obtidos da análise das estatísticas de 1949, 1950 e 1960.

De acordo com Oliveira (2021), os censos foram utilizados como ferramenta para fortalecer o poder do estado e evidenciar os territórios que eram considerados como bairros e

aqueles que seriam interpretados como “favelas”, visto que o aumento populacional nestes territórios compromete o projeto de urbanização do Rio de Janeiro.

Segundos os dados acessados até os anos de 1960 pelo historiador, demonstram que em suma a população que residiam em comunidades periféricas do Rio de Janeiro tinham baixa escolaridade, e eram negras. A questão da cor foi um fator preponderante para o estabelecimento de estereótipos e subalternidade destes indivíduos.

O artigo *A cor do som: construção de alteridade e racialidade na fonografia brasileira em 78 rotações na primeira metade do século XX*, classificado nas discussões do campo da História da Música, escrito pela historiadora Suemi Maya Lemos e pelo musicólogo Pedro Aragão também trazem debates imbuídos nas questões da cor.

O artigo escrito de forma interdisciplinar, discute como a indústria fonográfica brasileira durante os últimos anos do século XX colaborou para a reprodução da alteridade racial e étnica. Os autores argumentam que a inserção dos artistas negros na indústria da música correu pela exploração dos estereótipos ligados a comicidade e sensualidade dos corpos negros, algo já utilizado em produções literárias (Lemos; Aragão, 2023).

Logo, as escolhas e imposições das gravadoras aos artistas negros contribuíram para a construção de uma imagem estereotipada dos artistas, bem como na formação de uma demarcação sonora racial. Consequentemente a música negra ficou conhecida por ter características exóticas e “selvagens” e a música branca por uma representação sensível e poética.

Desta forma, é afirmado que a música possui cor, uma vez que determinados elementos como “batidas” e ritmos foram construídos para representar a alteridade musical entre negros e de brancos. Esse debate, defendido por Suemi Maya Lemos e Pedro Aragão, encontra-se fundamentado por autores decolônias como Nelson Maldonado-Torres, e mobiliza o conceito de “colonialidade do poder”.

Em consonância com o uso das ferramentas culturais como produtoras de memória e discursos, o artigo classificado no campo da História da América, nomeado de *Silvia Rivera Cusicanqui e a criação de uma episteme visual para a América Andina*, da historiadora Liz Andréa Dalfré, pontua a contribuição do trabalho da socióloga aimará Silvia Cusicanqui para uma leitura visual decolonial da América.

O artigo pontua de forma expressiva “como Silvia Rivera Cusicanqui ressignificou a crônica *Primer nueva corónica y buen gobierno*, de 1615, de Felipe Guamán Poma de

Ayala¹⁹, especificamente os desenhos elaborados pelo cronista andino” (Dalfré, 2023, p.3). Além disso, Liz Dalfré (2023) ressalta que a ruptura da colonialidade epistêmica, na América Latina só é possível com o uso dos conhecimentos dos povos indígenas. Nesse sentido, é citado o intelectual Ailton Krenak, e reforçado a valorização visual de Felipe Poma de Ayala.

No presente artigo, Liz Dalfré (2023) mobiliza pensadores da decolonialidade restrita, como Lander Edgardo, Walter Mignolo, Castro Gomes e Ramón Grosfoguel. A autora faz uso do conceito “colonialidade do saber”, para reafirmar a necessidade de repensar as bases epistêmicas da América, e de iniciar uma valorização dos conhecimentos dos povos indígenas.

No que toca às Discussões de Gênero foi catalogado o artigo nomeado de *Os sons do silêncio: interpretações feministas e decoloniais a história da historiografia*, da historiadora Maria da Glória Oliveira. O artigo discute sobre o silenciamento de autorias femininas no campo intelectual, partindo das problemáticas apontadas pela ótica decolonial.

Maria da Glória aponta que a formação intelectual brasileira foi marcada por um silenciamento da representatividade feminina, consequência da composição majoritariamente masculina no campo da História. Argumenta-se que “as produções intelectuais femininas não se configuraram como tema privilegiado da chamada história das mulheres, nem da história intelectual, mantendo-se, em larga medida, como o “outro” silenciado pelos cânones e pela memória disciplinar” (Oliveira, 2018, p. 108).

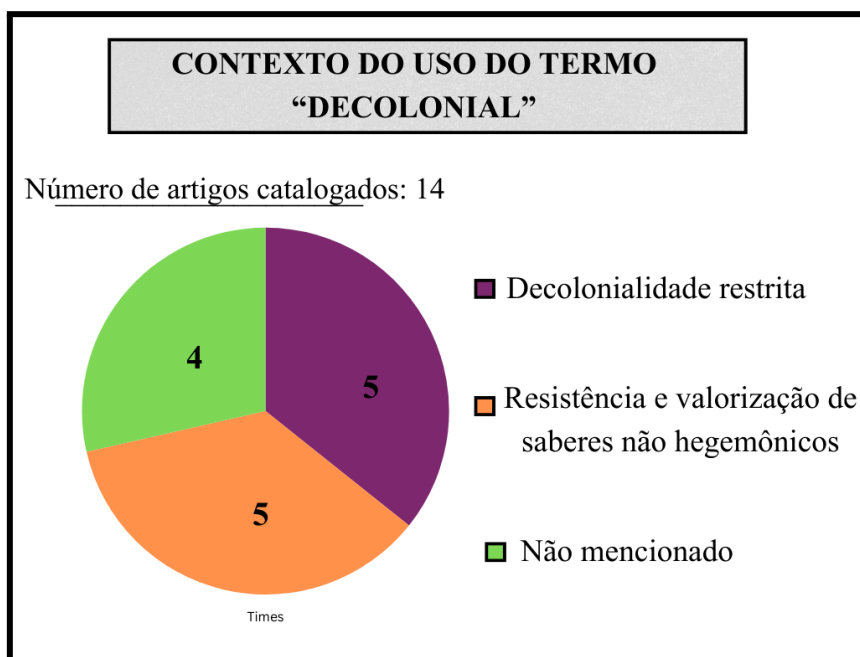
A memória disciplinar apontada por Maria da Glória Oliveira (2018) é um quadro de produções, narrativas e ações que foram produzidas a partir do discurso hegemônico, excludente e de desvalorização do papel feminino como uma figura ativa intelectualmente. A historiadora faz menção ao feminismo decolonial empreendido por Lugones e Catherine Walsh, entretanto deixa em evidência que o objetivo do trabalho não é aprofundar essa teoria, mas utilizá-la como uma vertente crítica para análise da problemática.

O texto evidencia de forma indireta o conceito de “colonialidade do poder”, entretanto enfatiza de forma clara um estado de “colonialidade do saber” na Historiografia Geral e Brasileira, de forma que chama atenção para os estudos de “colonialidade de gênero” evidenciado em Lugones. É importante destacar que nenhum momento é discutido o conceito ou elencando uma proposta de letramento sobre o que é a categoria decolonial ou porque do seu uso, e sua diferenciação das demais óticas.

¹⁹Escritor indígena de ancestralidade Inca que nasceu após a colonização do Peru. Famoso por suas crônicas e gravuras do contexto colonial

Nos quatorze artigos catalogados, foi observado que o termo “decolonial”²⁰ é empregado em dois contextos, como é mostrado no gráfico abaixo:

Gráfico 3: divisão de artigos por contexto de uso da palavra decolonial.



Fonte: autoria própria

Durante a análise dos quatorze artigos, observou-se, o uso do termo “decolonial” de forma dual. Cinco dos artigos utilizam o termo “decolonial” para fazer menção a decolonialidade restrita (rede de pensadores M/C). Contudo, outros cinco artigos utilizam o termo para indicar um estado de resistência e valorização dos saberes não hegemônicos, expandindo o conceito para além de uma rede de pesquisadores.

O artigo *Tempo e História na aesthesis decolonial fílmica Mbyá-Guarani*, classificado no campo da História Indígena, e de autoria da historiadora Luísa Tombini Wittmann, compõem um claro exemplo do uso do termo “decolonial” na perspectiva de resistência e valorização dos saberes não hegemônicos. Essa abordagem é exibida durante o debate sobre o papel das produções cinematográficas indígenas na atualidade.

Luísa Tombini Wittmann sustenta que as produções cinematográficas indígenas se tornaram uma ferramenta valiosa para o combate à colonialidade, além de fundamental para o fortalecimento da construção da representatividade indígena. Isso porque as produções feitas pelas próprias comunidades indígenas não seguem o padrão de cortes e estrutura normativa desenvolvida pelo homem branco. Deste modo, as produções fílmicas indígenas desenvolvem uma estética decolonial, sem o segmento de roteiros e normas padrões.

²⁰ Em anexo encontra-se o número de vezes que o termo foi encontrado.

O termo *aesthesis* decolonial é posto para falar de um estado de vivência fora dos moldes da colonialidade. Na medida que a câmera se torna uma ferramenta de transmissão da oralidade, comunica a ideologia de tempo praticada pelos povos originários e produz um laço de letramento e compartilhamento de aprendizados entre o mundo indígena e o mundo não indígena.

A historiadora faz menção aos participantes da rede M/C e do termo “decolonial”, bem como dos conceitos “colonialidade do poder”, e “colonialidade do saber”. Entretanto, a decolonialidade mencionada no artigo se trata de um estado de vivência indígena sem a interferência dos moldes hegemônicos, de maneira que o termo não é utilizado para fazer referência aos pesquisadores da rede M/C.

Torna-se importante ressaltar que dentre as categorias da rede Modernidade/Colonialidade, os conceitos de “colonialidade do poder” e “colonialidade do saber” foram os mais assíduos nos artigos catalogados e analisados. Tais conceitos aparecem sempre ressaltando a colonialidade epistêmica no campo da História e nas expressões subjetivas brasileira e latino-americana.

No que se refere aos participantes da decolonialidade restrita foram identificados autores como Aníbal Quijano, Walter D. Mignolo, Ramón Grosfoguel, Nelson Maldonado Torres, Castro Gomes, Catherine Walsh, Rita Segato, Maria Lugones e Edgardo Lander. O mais mencionado foi Aníbal Quijano, seguido de Walter D. Mignolo. A frequência de citações a Aníbal Quijano pode ser explicada devido o sociólogo ser considerado o fundador da rede Modernidade/Colonialidade e ter formulado o conceito basilar da rede.

Acreditamos que a análise da distribuição temporal em que os artigos catalogados foram publicados também é importante. Por isso essa informação é mostrada no gráfico abaixo:

Gráfico 4: Localização dos artigos por anos de publicação.



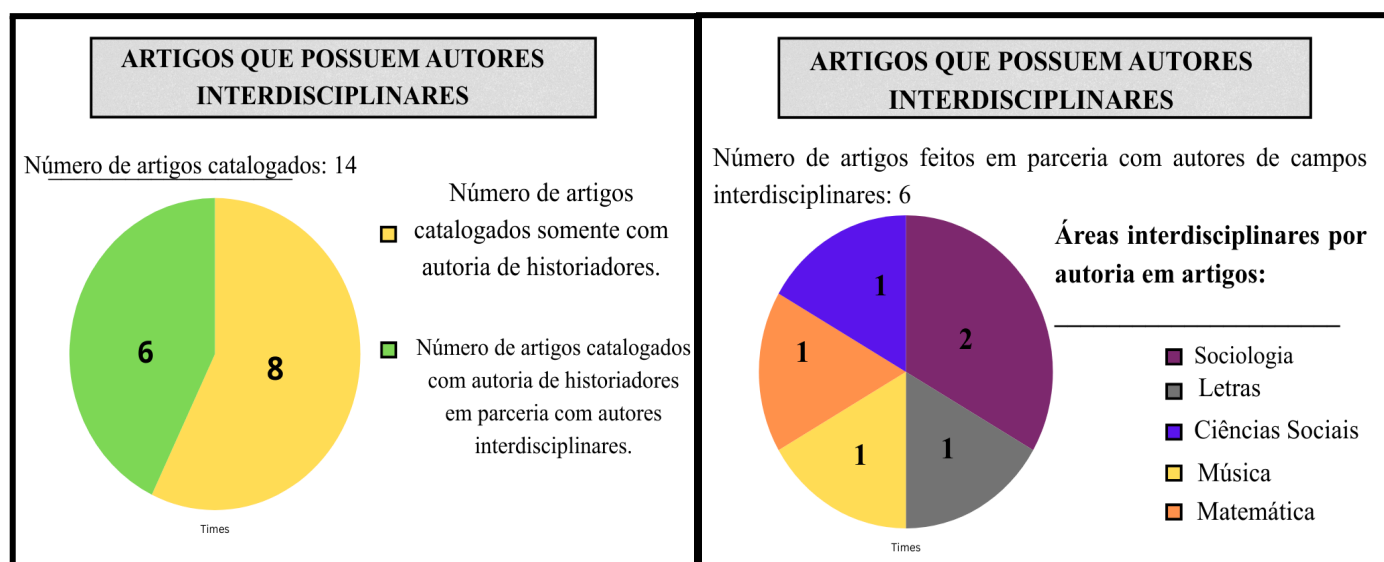
Fonte: autoria própria

A distribuição de publicações por ano dos artigos catalogados nas revistas ABPN, História da Historiografia e Revista de História da USP, mostra a ausência de trabalhos no período de 2000 a 2013 e em 2024. De forma moderada, encontrou-se apenas um artigo no ano de 2014 e em 2022, dois artigos nos anos de 2017 e 2018. O pico de artigos com atitudes decoloniais foi atingido no ano de 2023, visto que foram catalogados sete artigos dos quatorze que foram examinados.

A expressividade de artigos que dialogam com a perspectiva decolonial catalogados no ano de 2023, pode ser explicado pela mudança no cenário político brasileiro. O retorno de Luiz Inácio Lula da Silva a presidência após as eleições em 2022, restabeleceu e impulsionou o debate étnico-racial e a prática de ações para os grupos que foram historicamente subalternizados como os Povos Indígenas e negros, podendo assim ter refletido na academia (Reis, 2024).

Adicionalmente observou-se a colaboração de autoria com pesquisadores de campos interdisciplinares nos artigos catalogados, conforme é demonstrado no gráfico abaixo:

Gráfico 5: dados sobre a participação de autores interdisciplinares.



Fonte: autoria própria

Dos artigos analisados, oito foram escritos exclusivamente por historiadores sem coautoria de pesquisadores interdisciplinares. Já os seis restantes, por sua vez, contam com a presença de coautoria de pesquisadores de campos interdisciplinares da História.

Essa colaboração interdisciplinar, demonstra a consonância com os fundamentos da decolonialidade, visto que o projeto decolonial busca romper com a divisão das áreas dos conhecimentos, característica essa que foi herdada dos moldes coloniais. Ao estabelecerem a troca de saberes com outras áreas os autores promovem uma ação de desconstrução das fronteiras epistemológicas (Torres, 2016).

Deste modo, enfatiza-se por meio dos resultados obtidos que os historiadores brasileiros estão atentos às discussões que cabem ao campo decolonial, produzindo assim trabalhos que visam uma perspectiva de resistência e questionamento aos saberes hegemônicos. Estes discursos nomeados de “atitudes decoloniais” incorporam de modo significativo a crítica à colonialidade epistêmica, e integram os saberes ancestrais e interdisciplinares aos debates sobre o curso da História.

2.2 Nas trilhas de uma nova História?: perspectivas sobre uma Historiografia Brasileira Decolonial

Ao longo do processo de pesquisa, foi perceptível o diálogo da historiografia brasileira com a perspectiva decolonial. A crítica à colonialidade epistêmica foi inteiramente visível nos trabalhos acessados, de maneira que não podemos negar que as temáticas e perspectivas que fogem do padrão hegemônico são crescentes alvos de historicização. Deste modo, nos surgem importantes questionamentos sobre o futuro da História: estamos a caminho de produzir uma epistemologia Decolonial da História Brasileira? Conseguimos superar as leituras consideradas canônicas? Esses são alguns dos questionamentos que guiaram nossa discussão neste tópico.

Pensando em responder tais questionamentos, precisamos retroceder ao cerne que iniciou uma discussão historiográfica no Brasil, ao qual me refiro ao Instituto Histórico e Geográfico (IHGB). De acordo com Miranda e Assunção (2022), a fundação do Instituto Histórico e Geográfico foi primordial para o estabelecimento de uma cultura disciplinar, com um cânone nacional, de cunho racial branco, elitista e eurocêntrico.

Ana Carolina Barbosa Pereira (2018) enfatiza que a forma como se produziu e produz História no Brasil nos colocou “em posição de consumidores(as) de referenciais importados, especialmente de países como Alemanha, França, Inglaterra, Estados Unidos da América e,

em menor escala, Holanda e Itália” (Pereira, 2018). De maneira que fomos instruídos a reproduzir as ideias e conceitos de autores que se tornaram “referência nas universidades euro-americanas e fomos formados(as) para receber instruções dessas instituições” (Pereira, 2018, 91).

Ao corroborar com o pensamento de Pereira (2018), a historiadora Maria da Glória de Oliveira (2022) problematiza que a historiografia brasileira parte de um local de omissões de narrativas, valorização de uma concepção cronológica normativa e formatação da compreensão do que é História de maneira hegemônica.

Deste modo, mesmo que em meio a insurgência de trabalhos com marcadores sobre raça, gênero e identidade na academia brasileira nos últimos anos, a área de História continua elegendo nomes europeus, brancos, homens e cis para compor seus currículos e guiar reflexões sobre o curso histórico (Trapp, 2019)

Logo enfatizamos que a descolonização do campo historiográfico brasileiro é um projeto complexo e que “antes de pensar em superar a dependência, nosso campo exige que enxerguemos e problematizemos a dependência” (Pereira, 2018, p.109) dos ditos “clássicos” de raízes eurocêntricas. Essa é uma iniciativa crítica e de fundamental importância para o despertar da valorização de novas leituras e produções acadêmicas.

Defendemos aqui que não se trata de tomar uma iniciativa inconsequente de exclusão das leituras consideradas cânones, mas de agir de forma crítica e analítica. Devemos compreender os antecedentes por trás destas referências, bem como a postura dos historiadores que os consolidam (Pereira, 2018).

Para romper com tal cultura disciplinar é necessário compreender seu funcionamento. “Dependência de ideias, de financiamento para pesquisa, de investimentos na educação, de treinamento nas universidades norte centrais, dentre outras, evidenciam uma complexa e intrincada estrutura de poder” (Pereira, 2018, p. 92).

Nesse sentido, Reis (2024) enfatiza que não podemos nos prender somente à crítica. Para que de fato a História brasileira rompa com a colonialidade, é necessário fazer modificações nos Currículos dos Cursos de História e trazer para o centro das discussões acadêmicas as produções que estão em vigor, possuintes de atitudes decoloniais.

Desta maneira, evidenciamos a importância da obra *A Pele da História: corpo, tempo e escrita historiográfica* de autoria do historiador paraibano Durval Muniz de Albuquerque Junior. Em seu trabalho Durval, tece uma crítica à ortodoxia e aos cânones da Historiografia Tradicional, questionando o papel do historiador frente às novas perspectivas da História. O autor defende a necessidade de se produzir uma historiografia sensível, capaz de reconhecer

que as fontes transcendem os documentos oficiais, existindo também nas subjetividades corporais de comunidades, povos e indivíduos (Albuquerque Junior, 2025).

Durval Muniz de Albuquerque Junior (2025) também problematiza a escrita historiográfica hegemônica, caracterizada por uma escrita rígida, rebuscada e sem representatividade. Essa cultura de escrita, que foi ensinada aos historiadores, impõe um distanciamento entre o objeto de estudo e o pesquisador, remetendo a uma lógica da colonialidade do saber. Tal crítica se relaciona diretamente com as reflexões da intelectual Barbara Carine (2025), que enfatiza que uma “escrita seca, nua, crua sem alma é reflexo de uma pessoa escritora sequestrada de si” (Carine, 2025, p.41).

Logo é importante reconhecer que foram mais de quinhentos anos de escravidão, violências, e subordinação que raptou subjetividades, saberes e identidades de diversos povos. Além do mais perpetuou-se narrativas historiográficas de invisibilidade e estereótipos sobre povos indígenas e negros, os colocando como meros personagens relacionados a escravidão.

É nesse contexto que atitudes indisciplinadas são importantes. Em exemplo temos a atitude do historiador Flávio Gomes dos Santos uma das referências atuais para pensar a história da população negra no Brasil, que vem demonstrando um olhar inovador e não hegemônico para a análise do papel do homem negro e de suas resistências frente a branquitude. Flávio Gomes (2015) valoriza o potencial do quilombo como um local de letramento e saberes, demonstrando que a sociedade negra esteve no Brasil organizada e não somente submissa, contrariando as narrativas produzidas pela Historiografia Tradicional.

Pereira (2018), argumenta que é necessária uma mudança de comportamento daqueles que estão na liderança de grupos de pesquisas, disciplinas acadêmicas ou comandando centros acadêmicos. Segundo Pereira (2018), essa mudança deve ser:

sempre fruto de uma escolha, de uma escolha epistêmica. O que, contudo, me parece fundamental, é ter ciência das relações geopolíticas geralmente invisíveis em nossas referências bibliográficas. Algo como “saber a procedência” do que nos alimenta e, preferencialmente, privilegiar o que preparamos nós mesmos de acordo com nossas próprias necessidades, recorrendo a uma infinidade de ingredientes disponíveis. Em resumo, importante mesmo, me parece, é superar a subnutrição epistemológica e metafísica, investindo em um cardápio mais diversificado (Pereira, 2018, p.110).

Nesse contexto, é preciso refletir que as escolhas de bibliografias nas disciplinas dos cursos de graduação, assim como em produções acadêmicas como um todo, possuem influência nos tipos de saberes que estão sendo produzidos. É preciso acolher discursos que visem a legitimação de narrativas plurais e anticoloniais que englobam e valorizam o espaço

geográfico brasileiro e latino, visto que possuem o mesmo valor das pesquisas e produções norte-americanas e europeias.

Deste modo, afirmar que estamos vivenciando uma Historiografia Decolonial, é na verdade um pouco contraditório, visto que ainda existe um forte estado de colonialidade do saber que ainda estrutura o campo. Entretanto, é perceptível pelo conjunto de trabalhos aqui citados, que críticas e ações concretas estão sendo executadas, tendo em vista uma desconstrução progressiva da Historiografia Brasileira.

Assim fomentamos que toda vez em que discussões que fogem do teor eurocêntrico ganham visibilidade e força na sociedade como um todo, o projeto decolonial se torna mais forte e avança para a sua concretização: a construção de uma História que se liberte dos perigos das “Histórias Únicas” (Ngozi, 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Decolonialidade não é somente uma rede de intelectuais, ela também se constitui enquanto um projeto político-acadêmico que opera de forma crítica, interdisciplinar, com objetivo de promover ações concretas para romper com a colonialidade que se manifesta de forma estruturada nas conjunturas sociais do ser, do poder e do saber no que tange os territórios da América Latina. Deste modo, possui sua trajetória, especificidades e limitações.

Em sua trajetória histórica, ressaltamos que a iniciativa não se define como um grupo homogêneo, mas como uma combinação de diferentes participantes oriundos de diversos territórios. Para não correr o risco da homogeneização de seus participantes, e reconhecer que cada pesquisador possui perspectivas e vivências próprias, preferindo assim ser nomeados de Modernidade/Colonialidade.

A rede enfatiza seu argumento por meio do conceito basilar “colonialidade do poder”, produzido pelo sociólogo Aníbal Quijano. O mesmo ler, o evento iniciado em 1492 como um projeto violento e que estabeleceu uma estrutura de poder, baseada na hierarquização raças. Por meio disso, surgiu uma narrativa de divisão da humanidade entre aqueles que foram considerados “subalternos” e aqueles considerados “civilizados”. Quijano argumenta, que mesmo após os processos de independência a América Latina ainda sofre com este legado, do qual denomina de colonialidade.

O conceito de “colonialidade do poder” é central, pois alicerça a tese de outros conceitos da rede como colonialidade do saber e colonialidade do ser. Deste modo, a produção de tais conhecimentos pela rede vem impactando e inspirando estudos e atitudes que

visam a valorização da História daqueles que foram denominados como subalternos, como no caso do Brasil

Dentre o contexto que foi explorado neste, é inegável que os conceitos da rede Modernidade/Colonialidade estão sendo recepcionados no campo da História. Entretanto, o uso de tais conceitos estão sendo adaptados para o contexto específico das discussões brasileiras, gerando assim um estado de *decolonialidade á brasileira* (Reis, 2024).

A *decolonialidade á brasileira* define-se pela leitura, usos, aplicabilidades das discussões decoloniais no campo historiográfico do Brasil, integrando as resistências subalternas locais. Isso demonstra que não é apenas um retrato do modismo acadêmico, mas um movimento complexo, multifacetado e que está buscando questionar os cânones da História.

Posto isso, ressaltamos que a adesão de tais discussões estão incorporadas principalmente no campo do Ensino de História, História da Historiografia e Teoria da História, trazendo sempre o debate étnico-racial e a crítica à colonialidade epistêmica. De maneira que os trabalhos aqui catalogados e identificados como publicações de “atitudes decoloniais”, demonstram a urgência e a necessidade da evolução de tal discussão.

Conclui-se, portanto que a discussão em vista sobre o pensamento decolonial possui significância, pois se trata de uma pesquisa inovadora que contribui para a disseminação de epistemes não eurocêtricas no campo da História, bem como age como ferramenta de letramento dos conceitos e da trajetória decolonial. De maneira que evidencia que a historiografia brasileira não está estática perante tais discussões, estão sendo produzidas reflexões e ações de “atitudes decoloniais” que buscam o rompimento da colonialidade do saber e a produção de uma História plural brasileira.

REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O Perigo de uma História Única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A pele da história: corpo, tempo e escrita historiográfica**. Petrópolis: Vozes, 2025.
- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº11, p. 89-117, 2013.
- BICALHO, Poliene Soares dos Santos. Movimentos Sociais e Movimentos Indígenas- etnia e classe social: caminhos que cruzam, mas não se confundem. **Revista Transverso**, n. 5, p. 11-32, Agosto, 2022.
- BARROS, José d' Assunção. **História e Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: Vozes, 2018.
- BARROS, José d' Assunção. **Fontes históricas: introdução aos usos historiográficos**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2019.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- COSTA, Joaze Bernardino; GROSGOUEL, Ramón. Decolonialidade e perspectiva negra. **Revista Sociedade e Estado**.v.31, n. 1, p. 15-24, 2016.
- COSTA, Joaze Bernardino; TORRES, Nelson Maldonado; GROSGOUEL, Ramón. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.
- CARINE, Bárbara. **E eu não sou intelectual?: um quase manual de sobrevivência acadêmica**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2025.
- GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de Negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.
- GUIMARÃES, Manoel. Nação e civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n.1, p. 5-27, 1988.
- HOBBSBAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- LUGONES, Maria. Colonialidade e gênero. **Tabula Rasa**, nº 9, p. 73-1013, 2008.
- MIGNOLO, Walter. **Desobediência Epistémica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad**. Argentina: Ediciones del Signo, 2010.
- MIGLIEVICH, Adélia. A virada pós-colonial: experiência, trauma e invisibilidades transfronteiriças. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. n. 123, p.77-96, Dezembro, 2020.

MIRANDA, Fernanda Rodrigues de; ASSUNÇÃO, Marcelo Felisberto Moraes. Colonialidade e silenciamento nos cânones literário e historiográfico brasileiros. **Anuario de la Escuela de História Virtual**, n. 22, p. 202-217, 2022.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. Quando será o decolonial? Colonialidade, reparação histórica e politização do tempo. **Caminhos da História**, v.27, n.2, p.58-78, 2022.

PEREIRA, Amílcar. A Lei 10.639/2003 e o movimento negro: aspectos da luta pela “reavaliação do papel do negro na História do Brasil”. **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v.12, n.17, p. 25-45, 2011.

PEREIRA, Ana Carolina Barbosa. Precisamos falar sobre o lugar epistêmico na Teoria da História. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v.10, n.24, p. 88-114, 2018.

REIS, Maurício de Novais; ANDRADE, Marcilea Freitas Ferraz de. O pensamento decolonial: análise, desafios e perspectiva. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 202, p. 1-11, 2018.

REIS, Silmária. **Uma decolonialidade á brasileira: perspectivas decoloniais entre historiadores(as) no Brasil**. 2024. 196 f. Tese (doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2024.

ROSEVICS, Larissa. Do pós-colonial à decolonialidade. **Diálogos Internacionais**, Novembro, 2014.

RATTS, Alex. Corpos negros educados: notas acerca do Movimento Negro de base acadêmica. **NGUZU- Revista do Núcleo de Estudos Afro-Asiático da Universidade Estadual Londrina**, n.1, p. 27-38, 201.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas. Buenos Aires, **CLACSO**, 2005, p. 227-278

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y modernidad/racionalidad. **Perú Indígena**. v. 13, nº. 29, p. 11-20, 1992.

TRAPP, Rafael. História, raça e sociedade: notas sobre a descolonização e historiografia brasileira. **Revista de Teoria de História**. Universidade Federal de Goiás. v. 22, n. 02, p. 52-77, Dezembro, 2019.

TORRES, Nelson Maldonado. Transdisciplinaridade e decolonialidade. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 75-97, 2016.

VALLE, Paulo Roberto Dalla; FERREIRA, Jacques de Lima. Análise de conteúdo na perspectiva de Bardin: contribuições e limitações para a pesquisa qualitativa em educação. **Educação em Revista**: Belo Horizonte, v.4, p. 1-21, 2025.

LISTA DE FONTES

- PEREIRA, Ana Carolina Barbosa. Redimensionando: uma forma de “leitura crítica” aplicada à Historik de John Russen. **Revista de História e Historiografia**, Ouro Preto, v. 16, n. 41, p. 1-26, 2023.
- TRAPP, Rafael Petry. Raça, corporeidade e subjetividade em Beatriz Nascimento e Eduardo de Oliveira e Oliveira. **Revista de História e Historiografia**, Ouro Preto, v.16, n. 41, p. 1-20, 2023.
- OLIVEIRA, Maria da Glória. Os sons do silêncio: interpretações feministas decoloniais a história da historiografia. **Revista de História e Historiografia**, Ouro Preto, v. 11, n. 28, p. 104-140, 2018.
- DALFRÉ, Liz Andréa. Mundo ao Revés: Silvia Rivera Cusicanqui e a criação de uma episteme visual para a América Andina. **Revista de História e Historiografia**, Ouro Preto, v. 16, n. 41, p. 1-26, 2023.
- WITTMANN, Luisa Tombini. Tempo e História na aisthesis decolonial filmica Mbyá-Guarani. **História e Historiografia**, Ouro Preto, v. 16, n. 41, p. 1-23, 2023.
- FELIPPE, Ferraz Eduardo. Ainda sobre fantasmas:temporalidade, arquivo e futuro no romance Mohamed Mbougar Sarr. **História da Historiografia**, Ouro Preto, v. 16, n.
- NETO, Mauro Franco. Seguindo contando histórias: o gesto antropofágico e o significado existencial da História na obra de Ailton Krenak. **Revista de História da USP**, nº181, p. 1-24, 2022.
- OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues de. Informalidade urbana, classe trabalhadora, e raça no Rio de Janeiro: a história dos censos de favelas (1948-1960). **Revista de História USP**, n.118, p.1-27, 2021.
- LEMONS, Suemi Maya; ARAGÃO, Pedro . A cor do som: construção de alteridade e racialidade na fonografia brasileira em 78 rotações na primeira metade do século XX. **Revista de História da USP**, n.182, p. 1-37, 2023.
- ANDRADE, Mayra Pires. A Branquitude e a Colonialidade na prática docente na Educação Básica (2000-20015). **Revista da ABPN**, v.10, p.238-264, 2018.
- OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; LINS, Ferreira Regina. Por uma desobediência Epistêmica: sobre lutas e diretrizes curriculares antirracistas. **Revista ABPN**, v. 6, n. 13, 2014.
- SANTANA, Rosiléia da Silva; FARIAS, Luís Márcio Santos; PINTO, Fernanda Rebelo. A Lei 11.645/08 e o modelo epistemológico dominante: em busca de ecologias para a cosmogonia Iorubá no Ensino de História. **Revista ABPN**, v. 9, n. 22, p. 49-65, 2017.
- JESUS, Leandro Santos de; MARQUES, Patrícia de Barros. Conhecimentos tradicionais, Ensino de História e desenvolvimento: Educação escolar Quilombola em debate. **Revista ABPN**, v.9, p.250-271, 2017.

FILICE, Renísia Cristina Garcia; NORONHA, Marina de Ávila; SILVA, Diene Ellen Tavares; LEMOS, Guilherme Oliveira. Afrocientista, por uma educação antirracista: parceria ABPN, GEPPHERG/UnB, NEAB/UnB E IFB, Distrito Federal. **Revista ABPN**, v.15, p. 58-79, 2023.

ANEXOS

Tabela 1: repetição do termo decolonial.

Título do Artigo	Autor (a)	Número de Repetição (decolonial)
Redimensionando: uma forma de “leitura crítica” aplicada à Historik de Jorn Rusen	Ana Carolina Barbosa Pereira	2
Raça, corporeidade e subjetividade em Beatriz Nascimento e Eduardo de Oliveira e Oliveira	Rafael Petry Trapp	1
Os sons do silêncio: interpretações feministas decoloniais a história da historiografia	Maria da Glória de Oliveira	3
Mundo ao Revés: Silvia Rivera Cusicanqui e a criação de uma episteme visual para a América Andina	Liz Andréa Dalfré	3
Tempo e História na aisthesis decolonial filmica Mbyá-Guarani	Luísa Tombini Wittmann	18
Ainda sobre fantasmas: temporalidade, arquivo e futuro no romance Mohamed Mbougar Sarr	Eduardo Ferraz Felipe	2
Seguindo contando Histórias: o gesto	Mauro Franco Neto	0

antropofágico e o significado existencial da História na obra de Ailton Krenak		
Informalidade urbana, classe trabalhadora, e raça no Rio de Janeiro: a história dos censos de favelas (1948-1960)	Samuel Silva Rodrigues de Oliveira	0
A cor do som: construção de alteridade e racialidade na fonografia brasileira em 78 rotações na primeira metade do século XX	Suemi Maya Lemos e Pedro Aragão	0
A Branquitude e a Colonialidade na prática docente na Educação Básica (2000-20015)	Maíra Pires Andrade	0
Por uma desobediência Epistêmica: sobre lutas e diretrizes curriculares antirracistas	Luiz Fernandes de Oliveira e Mônica Regina Ferreira Lins	0
A Lei 11.645/08 e o modelo epistemológico dominante: em busca de ecologias para a cosmogonia Iorubá no Ensino de História	Rosiléia da Silva Santana, Luiz Márcio Santos Farias e Fernanda Rebelo-Pinto	1
Conhecimentos tradicionais, Ensino de História e desenvolvimento: Educação escolar Quilombola em debate	Leandro Santos Bulhões de Jesus e Patrícia de Barros Marques	1
Afrocientista, por uma educação antirracista: parceria ABPN, GEPPHERG/UnB, NEAB/UnB E IFB, Distrito Federal	Renísia Cristina Garcia Filice, Marina de Ávila Noronha, Diene Ellen Tavares Silva, Guilherme Oliveira Lemos	1

Fonte: autoria própria

Tabela 2: autores decoloniais mais citados.

Autores Citados	Número
Aníbal Quijano	7
Walter Dignolo	6
Ramón Grosfoguel	2
Edgardo Lander	2
Castro Gomez	2
Nelson Maldonado-Torres	2
Catherine Walsh	2
Maria Lugones	1
Rita Segato	1

Fonte: autoria própria